


INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 162/2025
Data: 21/10/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	3
CONCAIS SE PREPARA PARA RECEBER 800 MIL PESSOAS EM SANTOS NA TEMPORADA DE CRUZEIROS	3
TERCEIRA PISTA DA RODOVIA DOS IMIGRANTES PODE TER ACESSO DIRETO AO PORTO DE SANTOS; PROJETO VAI PARA CONSELHO PORTUÁRIO	5
EM REVIRAVOLTA, PORTO DE ITAJAÍ PODE FICAR SOB GESTÃO DA CODEBA	6
UM DOS MAIORES CRUZEIROS DO MUNDO COMEÇA A SER CONSTRUÍDO PELA ROYAL CARIBBEAN	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	8
NAVEGAÇÃO INTERIOR É TEMA DE REUNIÃO PARTICIPATIVA EM BELÉM (PA)	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
MPOR, ANTAQ E B3 REALIZAM SEGUNDO BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2025	9
AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA TEM TRIMESTRE RECORDE E GANHA 2,6 MILHÕES DE PASSAGEIROS A MAIS QUE EM 2024	10
BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 1,7 BILHÃO PARA VENDA DE JATOS DA EMBRAER À EMPRESA DOS EUA.....	11
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, NESTA TERÇA-FEIRA (21)	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – MARGEM EQUATORIAL: ENFIM, A LICENÇA AMBIENTAL	13
NACIONAL - HUB – CURTAS - PETROBRAS REDUZ PREÇO DA GASOLINA EM 4,9%; DIESEL SEGUE SEM REAJUSTE	13
<i>Queda no preço.....</i>	<i>14</i>
<i>Diesel.....</i>	<i>14</i>
<i>Premiação.....</i>	<i>14</i>
<i>Propósito</i>	<i>14</i>
<i>Categorias</i>	<i>14</i>
NACIONAL - EMBRAER INVESTE R\$ 376 MILHÕES EM NOVO HANGAR DE MANUTENÇÃO NOS EUA	14
REGIÃO NORTE - PETROBRAS OBTÉM LICENÇA DO IBAMA PARA INICIAR PERFURAÇÃO NA MARGEM EQUATORIAL	16
NACIONAL – UMA REGIÃO ENTRE O NOVO PRÉ-SAL E AS CRÍTICAS AMBIENTAIS	17
NACIONAL - GOVERNO INFORMA QUE CODEBA VAI PASSAR A ADMINISTRAR O PORTO DE ITAJAÍ	18
REGIÃO SUDESTE - PRESIDENTE DA PORTOSRIO ANUNCIA DRAGAGEM EMERGENCIAL NO PORTO DE ITAGUAÍ.....	19
REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO AVALIA ANTECIPAR ENTREGA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ PARA 2030.....	20
BRASIL EXPORT - INOVA EXPORT ABRE PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT	22
NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025.....	23
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - SEM INFRAESTRUTURA, NÃO HÁ CRESCIMENTO	23
JORNAL O GLOBO – RJ.....	24
FOZ DO AMAZONAS PODE COLOCAR BRASIL ENTRE OS QUATRO MAIORES PRODUTORES DE PETRÓLEO DO MUNDO	24
MAGDA: 'RISCO EXPLORATÓRIO É ALTO, A BACIA DE CAMPOS FOI DESCOBERTA NO NONO POÇO PIONEIRO'	26
AVANÇOS EM DIREÇÃO A UM FUTURO RENOVÁVEL.....	28
TARIFAÇO DE TRUMP: PEQUENAS EMPRESAS DIZEM À SUPREMA CORTE QUE FORAM TAXADAS EM US\$ 3 TRI	30
EMBRAER BATE RECORDE EM ENCOMENDAS: US\$ 31,3 BILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE.....	31
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	33
DESONERAÇÃO DA FOLHA: STF DEVE PRESERVAR ACORDO ENTRE GOVERNO E CONGRESSO	33
GOVERNO ESTUDA PROPOSTA QUE MISTURA REVISÃO DE DESPESAS E AUMENTO DE RECEITAS PARA REPOR MP DO IOF	35
VENCEDORES SÃO BARRADOS EM QUASE METADE DOS LEILÕES RODOVIÁRIOS DE 2025.....	36
VALOR ECONÔMICO (SP).....	37
LEILÃO PIONEIRO DO CANAL PORTUÁRIO DE PARANAGUÁ ATRAI AO MENOS 4 OFERTAS.....	37
CHEVRON E SHELL REDUZEM PRODUÇÃO NO CAZAQUISTÃO APÓS ATAQUES DE DRONES UCRANIANOS NA RÚSSIA	39
TRANSPETRO LANÇA LICITAÇÃO PARA ADQUIRIR 18 BARCAÇAS E EMPURRADORES.....	41
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	42
PETROBRAS E PPSA ASSINAM ACORDO DE EQUALIZAÇÃO DO PRÉ-SAL DE JUBARTE	42
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	42
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	42



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CONCAIS SE PREPARA PARA RECEBER 800 MIL PESSOAS EM SANTOS NA TEMPORADA DE CRUZEIROS

Empresa contratou mais de 300 trabalhadores para reforçar atendimento aos passageiros a partir deste domingo (26) B

Por Bárbara Farias 21 de outubro de



O MSC Preziosa aporta em Santos e abre a temporada de cruzeiros (Sílvia Luiz/AT)

O Porto de Santos ganhará mais vida a partir de domingo, quando o MSC Preziosa aportar no Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. No decorrer de seis meses, até o dia 19 de abril de 2026, quando o último navio deixar o cais, o Costa Diadema, o cenário será um só: gente chegando e partindo carregando nas malas nada menos do que o desejo de fazer a viagem dos sonhos. Cerca de 800 mil pessoas deverão transitar

pelo terminal ao longo da temporada de cruzeiros 2025/2026 e, para melhor recepcionar esse público, o Concais aumentará o seu contingente de pessoal em 1.420%, contando com um reforço adicional de 330 profissionais.



Segundo a administração do terminal, o cais santista receberá 14 navios, de linhas regulares (cabotagem) e em trânsito (longo curso), que farão 133 escalas em 95 dias, quatro dias a menos do que na temporada 2024/2025.

Os cruzeiros de cabotagem serão feitos pelas companhias MSC, com os navios Preziosa, Seaview, Harmonia, Sinfonia e Fantasia, e Costa, com o Diadema e o Favolosa.

Milhares de passageiros usarão o terminal até abril (Sílvia Luiz/AT)

“Estamos fazendo os últimos preparativos para poder receber os nossos passageiros. Para essa temporada, o terminal cuidou da manutenção predial e da segurança, que eram os ajustes finos que precisávamos fazer. Nós esperamos aproximadamente 350 mil embarques. Se somarmos embarques, desembarques e trânsito, o número de passageiros estará bem próximo a 800 mil”, afirmou o gerente de Operações do Concais, Javier Humberto Carnevale.

Para melhor atender ao público, a empresa que administra o terminal de passageiros abriu um processo seletivo neste mês para contratar profissionais que serão distribuídos entre as funções de bagagista, atendente ao público, controlador de tráfego, limpeza e administração.

“O Concais tem um quadro fixo de 25 funcionários e está contratando aproximadamente 330 pessoas para essa temporada para atender aos nossos passageiros da melhor maneira. Só para bagagistas são mais de 200 vagas, além de atendentes de pessoas e veículos, administrativo e limpeza. O período de contrato é de seis meses, de 26 de outubro de 2025 até 19 de abril de 2026”, disse Carnevale.

De acordo com o gerente de Operações, as admissões já encerraram. “A seleção já foi concluída. Estamos na fase de documentação e já temos quase tudo pronto para a parte de contratações, para começarem já no dia 26.”



Carnevale: trabalho feito com paixão (Alexsander Ferraz/AT)

Carnevale comentou que “mais de 50% dos contratados são funcionários que já trabalharam no Concais, que nós chamamos de veteranos. Eles têm experiência e nos ajudam muito. E contratamos aproximadamente 150, 160 novos funcionários. Todos terão treinamento”. Embora os contratos sejam temporários, há oportunidade de efetivação.

Mas o gerente do terminal lembrou que, contando ainda com os funcionários das armadoras dos transatlânticos, a circulação de colaboradores dentro do terminal passa de 700 profissionais. “As pessoas que trabalham no check-in, no despacho de bagagens das companhias, se temos duas companhias operando, estamos falando de aproximadamente 700 pessoas trabalhando aqui no terminal num dia de muita movimentação, sem contar os motoristas que entram — de táxis, vans, aplicativo, enfim, é muita gente.”

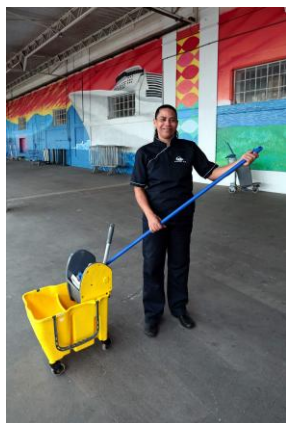


Para muitos, viajar em um cruzeiro é realizar sonho (Sílvia Luiz/AT)

Por fim, Carnevale enfatizou que a confiança de que tudo correrá bem na temporada vem do comprometimento dos colaboradores. “Nosso trabalho não é fácil. A logística de uma operação de embarque e desembarque de um navio de cruzeiros é realmente muito grande. Nós que trabalhamos aqui e fazemos isso há muito tempo, fazemos com paixão. Todo mundo adora e gosta do que faz.”

Profissionais dão ritmo ao terminal de passageiros

Enquanto milhares de turistas passam pelo Porto de Santos realizando o cruzeiro dos sonhos, há quem viva intensamente cada temporada sem sair do terminal. Dois funcionários relataram como transformam a rotina agitada do terminal em paixão pelo trabalho. Entre malas que chegam e salões que mudam de configuração em questão de horas, eles dão vida ao bastidor das partidas e chegadas que marcam a maior temporada de cruzeiros da América Latina.



A auxiliar de limpeza Débora Santana Reis, de 43 anos, começou no Terminal de Passageiros em 2005, quando o serviço de limpeza ainda era terceirizado. Fez duas temporadas seguidas, se afastou, voltou mais tarde e, há sete anos, tornou-se funcionária efetiva do Concais.

Debora é funcionária efetiva há sete anos (Alexsander Ferraz/AT)

Ela contou que gosta da energia que toma conta do terminal na alta temporada. “Desde a primeira vez que trabalhei aqui, me encantei com essa agitação. São muitas pessoas diferentes, um entra e sai corrido, mas é uma correria gostosa. No fim do dia, quando tudo deu certo, vem aquela sensação de dever cumprido”, relatou.

O trabalho em equipe, segundo ela, é essencial. “Na alta temporada todo mundo ajuda, cada um faz a sua parte e tudo funciona. O passageiro precisa se sentir bem recebido”, declarou.

Debora também já fez o seu cruzeiro dos sonhos a bordo do MSC Preziosa, o mesmo navio que inaugura a temporada deste ano. “Amei, foi maravilhoso. Embarquei aqui mesmo. É uma experiência inesquecível!”, comentou.

Sobre o futuro, ela não esconde o desejo de crescer e aprender ainda mais. “A gente sempre sonha em melhorar, em aprender todo dia. Espero que tudo dê certo nesta temporada.”

Já o assistente de suporte técnico Tiago Alves de Lima, de 35 anos, entrou no Concais em 2008 como temporário, ainda jovem, sem imaginar que o trabalho no cais se tornaria parte de sua vida. Participou das temporadas 2008/2009 e 2009/2010 até ser efetivado em 2011. Em fevereiro, completa 15 anos como funcionário efetivo.



Experiente, Tiago começou em 2008 (Alexandre Ferraz/AT)

Começou como apoio, função que acumula até hoje com atividades de manutenção fora da temporada. “Dou suporte na manutenção dos equipamentos, ajudo em tarefas administrativas quando é preciso. Mas, na temporada, o foco é preparar o terminal para receber os passageiros”, afirmou.

Tiago descreveu o trabalho do apoio como invisível, mas vital. “A gente monta toda a logística: entrada de passageiros, check-ins, adaptações conforme a necessidade de cada navio. Muitos passageiros nem reconhecem o terminal na volta, de tanto que o espaço muda. É como se fosse outro lugar”, detalhou.

O colaborador contou que, com os anos, ganhou agilidade e confiança. “A experiência dá bagagem para saber como agir em cada situação. Essa habilidade é essencial para garantir conforto aos passageiros”, disse ele.

Tiago destacou o que mais o motiva no ambiente de trabalho. “É surreal participar dessa engrenagem. Todo mundo que chega aqui se impressiona. A gente vê pessoas do mundo inteiro, faz amizade com tripulantes, aprende com culturas diferentes. E os passageiros estrangeiros chegam empolgados para conhecer a Cidade, o que dá ainda mais vontade de oferecer o melhor.”

Na contagem regressiva para mais uma temporada, Tiago não esconde o entusiasmo. “As expectativas são as melhores possíveis. Passamos o ano inteiro nos preparando e não vemos a hora de começar. Trabalhar com navios é uma paixão”, concluiu.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 21/10/2025

TERCEIRA PISTA DA RODOVIA DOS IMIGRANTES PODE TER ACESSO DIRETO AO PORTO DE SANTOS; PROJETO VAI PARA CONSELHO PORTUÁRIO

Prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), defende acesso direto ao Porto de Santos
Por Ted Sartori 21 de outubro de 2025 às 07:15



Ideia é ligar futura terceira pista da Rodovia dos Imigrantes ao Porto, sem passar por outras rodovias (Governo do Estado de São Paulo)

O projeto Corredor Porto-Indústria será apresentado pela Prefeitura de Cubatão nesta terça-feira (21), a partir das 14h30, na reunião do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS). Trata-se de um acesso direto entre a futura terceira pista da Rodovia dos Imigrantes e o Porto

de Santos, sem passar pelas rodovias Anchieta e Cônego Domenico Rangoni.

Com cerca de 13,5 quilômetros de extensão, o traçado partiria da região do Sítio dos Areais, em Cubatão — onde termina a futura terceira pista, conforme projeto — e seguiria até a Alemoa. Segundo cálculos feitos pela Prefeitura, a via teria capacidade para circulação de até 20 mil veículos por dia.

“Essa proposta nasce da necessidade de criar um eixo viário eficiente, capaz de garantir o fluxo adequado de veículos pesados com destino ao Porto de Santos, reduzindo os impactos sobre o Polo Industrial e sobre o tráfego urbano de Cubatão”, afirma o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD).

Ele defende que o Corredor Porto-Indústria seja construído junto com a terceira pista da Imigrantes. “Nosso objetivo é claro: minimizar gargalos logísticos, preservar a mobilidade urbana, e potencializar o corredor turístico que se forma nas rodovias que cortam Cubatão”. O investimento estimado é de R\$ 2,3 bilhões.

Assento permanente

A reunião desta terça será a primeira em que Cubatão terá assento no CAP. “Essa reunião marca um momento histórico para Cubatão. Representa o reconhecimento do papel estratégico que o município exerce na cadeia logística do Porto de Santos”, afirma o prefeito. “Cubatão é o elo físico e operacional entre a produção industrial e a movimentação portuária”, argumenta.

Com assento no Conselho, Nascimento lembra que poderão ser apresentadas as demandas locais, além de colaborar nas decisões estruturantes do Porto de Santos e defender soluções conjuntas que conciliem desenvolvimento econômico, sustentabilidade e qualidade de vida. “É um avanço institucional que posiciona Cubatão de forma mais integrada no contexto regional e nacional da logística e da indústria”, completa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/10/2025

EM REVIRAVOLTA, PORTO DE ITAJAÍ PODE FICAR SOB GESTÃO DA CODEBA

O fato teria ocorrido durante reunião no complexo de Santa Catarina na última sexta-feira

Por Maurício Martins 21 de outubro de 2025 às 09:10



Porto de Itajaí, em Santa Catarina (Divulgação/APS)

Sem justificativa técnica ou econômica, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, anunciou a transição da gestão do Porto de Itajaí (SC) da Autoridade Portuária de Santos (APS) para a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), segundo informação divulgada no site do porto catarinense. O fato teria ocorrido durante reunião no complexo de Santa Catarina na última sexta-feira.

Ainda na semana passada, A Tribuna havia solicitado informações sobre a gestão de Itajaí ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). A pasta disse que a prorrogação do convênio de descentralização firmado com a APS em 2 de janeiro deste ano, válido por um ano, dependia de diversos fatores, entre eles a criação da Companhia Docas de Santa Catarina (CDSC) — nova empresa pública federal que deverá assumir, em definitivo, as funções de autoridade portuária catarinense. Porém, nada sobre a Codeba foi citado.

A Reportagem voltou a questionar ontem o MPor, que não se manifestou. Já APS afirmou que seguirá o previsto no Convênio de Descentralização 2/2024, celebrado com MPor, que prevê a administração do Porto de Itajaí até 2 de janeiro do próximo ano. A gestora do cais santista e catarinense disse que se houver nova publicação a respeito, cumprirá a determinação.

No último dia 6, o presidente da APS, Anderson Pomini, apresentou um plano de investimentos de R\$ 844 milhões para a capacidade operacional e modernização do porto catarinense.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/10/2025

UM DOS MAIORES CRUZEIROS DO MUNDO COMEÇA A SER CONSTRUÍDO PELA ROYAL CARIBBEAN

Ele tem estreia prevista para 2027; companhia promete experiências ainda mais grandiosas e tecnologia de ponta nos cruzeiros de luxo

Por ATribuna.com.br 20 de outubro de 2025 às 17:29



O cruzeiro deve ser um dos maiores e mais inovadores do mundo, reforçando o protagonismo da empresa no turismo marítimo (Divulgação)

A Royal Caribbean International deu início à construção de mais um colosso dos mares. A companhia realizou, no estaleiro Meyer Turku, na Finlândia, a cerimônia de batimento de quilha do seu novo navio da classe Icon, previsto para ser lançado em 2027. A embarcação deve ser uma das maiores e mais inovadoras do mundo, reforçando o protagonismo da empresa no turismo marítimo.

O início de uma nova era nos mares

O evento marcou o início oficial da montagem do navio, uma tradição naval simbólica em que moedas são colocadas sob o casco para trazer sorte e proteção durante a construção. O novo projeto faz parte da série Icon Class, considerada a mais moderna e tecnológica da Royal Caribbean.

Segundo a empresa, o navio deve elevar ainda mais o padrão de luxo, conforto e entretenimento a bordo, seguindo o sucesso do Icon of the Seas, lançado em 2023, e do Legend of the Seas, previsto para 2026.

Mais espaço, inovação e sustentabilidade

Embora a companhia ainda não tenha revelado o nome oficial ou os detalhes técnicos, tudo indica que o novo navio terá dimensões impressionantes e novas atrações — incluindo áreas de lazer maiores, opções gastronômicas diversificadas e experiências imersivas inéditas.

Outro destaque é o compromisso da Royal Caribbean com a sustentabilidade. A embarcação deve trazer sistemas de energia mais eficientes, redução no consumo de combustível e soluções inovadoras para o tratamento de resíduos a bordo.

O impacto no turismo e no Brasil

O crescimento da frota de megacruzeiros também beneficia o mercado latino-americano. O Brasil, por exemplo, tem registrado aumento nas temporadas de cruzeiros, com o Porto de Santos sendo um dos principais pontos de embarque do continente.

Embora o novo navio da classe Icon ainda não tenha confirmado passagem pelo país, o anúncio reforça o interesse global em novas rotas e experiências marítimas — o que pode, futuramente, incluir o litoral brasileiro.

Uma disputa de gigantes

Com o lançamento previsto para 2027, o novo navio da Royal Caribbean promete disputar o título de “maior navio de cruzeiros do mundo”. A expectativa é que ele traga ainda mais conforto, tecnologia e entretenimento, consolidando a liderança da empresa no segmento.

Enquanto isso, fãs de cruzeiros e viajantes de todo o mundo já aguardam ansiosamente pelas primeiras imagens e detalhes da embarcação, que devem ser divulgados nos próximos meses.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 20/10/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

NAVEGAÇÃO INTERIOR É TEMA DE REUNIÃO PARTICIPATIVA EM BELÉM (PA)

Esse foi o primeiro encontro presencial para tratar do assunto. Contribuições podem ser enviadas até o dia 14 de novembro



Brasília, 21/10/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta terça-feira (21), a primeira - de duas - reuniões participativas para discutir todas as normas da navegação interior.

O encontro presencial aconteceu em Belém (PA), no Auditório do Sindarpa - Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no Estado do Pará. O segundo encontro será na quinta-feira (23), às 9h no horário de Manaus (10h no

horário de Brasília), no auditório da FIEAM - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

O superintendente de Regulação, José Renato Fialho, ressaltou a importância da realização das reuniões participativas na região Norte do país, local onde a navegação interior é mais forte no território.

“Estamos contemplando quem mais utiliza esse serviço. Esse é um momento muito importante”, disse. Ele explicou ainda que “nessa agenda, a Agência decidiu realizar, além das audiências públicas habituais em Brasília, os webinários técnicos - já realizados - para fazer uma explicação detalhada dos normativos e as reuniões participativas presenciais”.

No total, durante a audiência, duas pessoas contribuíram de forma oral. A reunião também foi transmitida pelo canal da ANTAQ no YouTube. O período da consulta pública se estende até o dia 14 de novembro.

Modernizar a regulação

Com essa iniciativa, a Agência vai consolidar, revisar e modernizar o arcabouço normativo aplicável à navegação interior. A proposta não promove modificações de mérito na regulamentação da ANTAQ. O objetivo é aprimorar a técnica legislativa empregada, facilitando o acompanhamento e a compreensão por parte do mercado regulado e da sociedade.

Atualmente estão vigentes 11 resoluções que tratam do assunto. Com a revisão, que consta no Tema 1.1 da Agenda Regulatória ANTAQ 2025-2028, o objetivo é que a navegação interior seja disciplinada por seis normativos diferentes.



O tema passou por webinar técnico na última sexta-feira (10). Esse formato é importante para garantir explicações mais detalhadas de temas complexos e para auxiliar em futuras contribuições que serão feitas oralmente nas audiências públicas ou por escrito nas consultas públicas ou tomadas de subsídios.

Além disso, o aperfeiçoamento do estoque regulatório passa, no momento, por consulta pública. É possível enviar contribuições até o dia 14 de novembro. Todos os documentos e informações necessárias para a participação social estão disponíveis no site da ANTAQ.

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do aprimoramento das propostas de normas elaboradas no âmbito do Tema 1.1 da Agenda Regulatória 2025/2028 – “Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior” estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 14 de novembro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia062025@antag.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 21/10/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR, ANTAQ E B3 REALIZAM SEGUNDO BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2025

Certame contempla áreas em Maceió e no Rio de Janeiro e a primeira concessão de canal de acesso portuário do país, no Porto de Paranaguá

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a B3 realizam o segundo bloco da carteira de leilões portuários selecionada para 2025.

Com investimentos estimados em mais de R\$ 1,22 bilhão, essa etapa contempla o leilão de arrendamento das áreas portuárias de Maceió (TMP) e do Rio de Janeiro (RDJ07), marcado para às 10h do dia 22 de outubro, além da concessão do acesso Aquaviário do Porto de Paranaguá (PR), que ocorrerá às 14h do mesmo dia, também na B3, em São Paulo.

O Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) de Maceió, localizado no Porto Organizado de Maceió (AL), é dedicado à movimentação de passageiros e prevê investimentos de R\$ 3,75 milhões. Já o terminal RDJ07, no Porto do Rio de Janeiro, será voltado à movimentação de cargas de apoio logístico offshore, destinadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, com investimentos estimados em R\$ 99,4 milhões. O prazo contratual de ambos os projetos é de 25 anos.

A concessão do acesso Aquaviário do Porto de Paranaguá (PR) representa um marco inédito para o setor portuário nacional, por se tratar do primeiro canal de acesso brasileiro a ser leiloadado. O projeto prevê investimentos de R\$ 1,2 bilhão ao longo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação contratual por até 70 anos.

Atendimento aos jornalistas

Profissionais de imprensa poderão acompanhar o leilão presencialmente ou pela internet. É necessário credenciamento pelo e-mail imprensa@b3.com.br, para participar presencialmente. Ao final da cerimônia, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, atenderá os jornalistas presentes.

Serviço:

O que: Leilão de áreas portuárias em Maceió (AL) e no Rio de Janeiro (RJ)

Data: quarta-feira, 22 de outubro de 2025

Horário: 10h

Local: R. Quinze de Novembro, 275, São Paulo – SP

Transmissão:* <https://www.tvb3.com.br>

O que: Concessão do acesso Aquaviário ao Porto de Paranaguá

Data: quarta-feira, 22 de outubro de 2025

Horário: 14h

Local: R. Quinze de Novembro, 275, São Paulo – SP

Transmissão: <https://www.tvb3.com.br>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/10/2025

AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA TEM TRIMESTRE RECORDE E GANHA 2,6 MILHÕES DE PASSAGEIROS A MAIS QUE EM 2024

Setor aéreo cresceu 8,5% no período e registrou o maior volume desde o início da série histórica



Aviação civil brasileira tem trimestre recorde e ganha 2,6 milhões de passageiros a mais que em 2024 - Foto: Divulgação

A aviação civil brasileira alcançou recorde histórico de movimentação no terceiro trimestre de 2025. Entre julho e setembro, 33,6 milhões de passageiros viajaram em voos domésticos e internacionais, 2,6 milhões a mais que no mesmo período do ano passado, o que representa uma alta de 8,5%. O desempenho confirma a trajetória de expansão do setor, que já acumula 54 meses consecutivos de crescimento e mantém o ritmo

acima dos níveis pré-pandemia (30,3 milhões em 2019).

A partir dos dados mais recentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Ministério de Portos e Aeroportos destaca que o resultado reflete o bom momento da aviação civil brasileira, sustentado pelo aumento da conectividade aérea e pelo avanço das obras de modernização e requalificação da infraestrutura aeroportuária em todo o país.

“Este é o melhor terceiro trimestre da série histórica. Se mantivermos esse ritmo de crescimento, o país deve bater novo recorde anual de passageiros em voos domésticos e internacionais. Estamos trabalhando para democratizar o transporte aéreo, levando mais conectividade e ampliando o acesso da população. Com novos investimentos e a requalificação de aeroportos em todo o país, os

passageiros têm encontrado mais conforto e comodidade”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Grandes terminais

O aumento da movimentação foi observado em todo o território nacional, com destaque para os principais aeroportos do país. O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) registrou 12,2 milhões de passageiros no trimestre, contra 11,3 milhões em 2024, crescimento de 8,5%. Já o Aeroporto de Congonhas (SP) passou de 5,8 milhões para 6,1 milhões de embarques e desembarques no mesmo período. Juntos, os dois terminais somaram 18,4 milhões de viajantes, reafirmando a posição de São Paulo como principal polo da aviação brasileira e contribuindo de forma decisiva para o avanço nacional.

O resultado também reflete a recuperação consistente de outros grandes hubs: Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Campinas (SP), Salvador (BA) e Fortaleza (CE) registraram aumento no fluxo de passageiros. No Sul, o Aeroporto de Porto Alegre (RS) voltou a aparecer nas estatísticas trimestrais após a retomada gradual das operações interrompidas pelas enchentes do 2º trimestre.

Setembro confirma alta

Somente em setembro, 10,8 milhões de passageiros foram transportados em voos domésticos e internacionais, 8,4% acima de setembro de 2024 e o maior volume já registrado para o mês desde 2000. O mercado doméstico movimentou 8,5 milhões de pessoas (+7,7%), enquanto o internacional transportou 2,3 milhões (+11,2%). Apesar da expansão no número de passageiros, o transporte de cargas aéreas apresentou leve retração: -3,6% no segmento doméstico (38 mil toneladas) e -6,3% no internacional (71 mil toneladas).

De janeiro a setembro, 95,5 milhões de passageiros foram transportados em voos comerciais no Brasil, alta de 9,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Mantido o ritmo atual, o país deve encerrar 2025 com cerca de 130 milhões de passageiros transportados, o que consolida novo recorde anual da série histórica.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 21/10/2025

BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 1,7 BILHÃO PARA VENDA DE JATOS DA EMBRAER À EMPRESA DOS EUA

Apoio reforça a presença da Embraer no exterior e integra a política do Governo Federal de incentivo à aviação civil



Foto: Divulgação/Embraer

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 1,7 bilhão para viabilizar a exportação de 13 jatos do modelo E-175 da Embraer à companhia aérea norte-americana SkyWest Airlines, maior operadora mundial do modelo. As entregas estão previstas para ocorrer entre o quarto trimestre de 2025 e o final de 2026.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o financiamento representa um marco para o setor. “A Embraer é um orgulho para o Brasil e um símbolo da capacidade da nossa indústria. O apoio do BNDES reforça o compromisso do Governo Federal em fortalecer a produção nacional, gerando emprego, renda e inovação. E queremos que cada vez mais companhias aéreas brasileiras e internacionais tenham aeronaves fabricadas no país”, destacou o ministro.

Em comunicado, o CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto, afirmou que a operação é estratégica para consolidar a presença da empresa no mercado internacional. “O apoio do BNDES permite expandir nossa atuação em um mercado relevante como os Estados Unidos, beneficiando também a aviação regional americana, essencial para a conectividade do país e para o desenvolvimento econômico e social”, disse.

A operação será realizada por meio do produto BNDES Exim Pós-Embarque, com pagamento em dólares, gerando divisas para o Brasil e fortalecendo a balança comercial.

Investimentos

O Governo Federal vem atuando para reforçar políticas de incentivo ao setor aéreo, com linhas de crédito de apoio à aviação civil. No mês passado, a Latam Airlines e suas afiliadas anunciaram a aquisição de até 74 aeronaves do modelo E195-E2 da Embraer, em acordo avaliado em aproximadamente US\$ 2,1 bilhões (mais de R\$ 11 bilhões).

No final de 2024, o governo também aprovou uma linha de crédito de R\$ 4 bilhões, via Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), para apoiar companhias aéreas brasileiras na aquisição de aeronaves, motores e querosene de aviação, entre outros insumos. A medida busca incentivar as empresas a ampliarem suas rotas, especialmente em aeroportos regionais, considerados estratégicos para a conectividade e o desenvolvimento nacional.

Com o crédito, a expectativa é que o setor aéreo brasileiro aumente significativamente sua oferta de voos nos próximos anos, tornando o transporte aéreo mais acessível e integrado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/10/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, NESTA TERÇA-FEIRA (21)

No Litoral Norte, será anunciada a concessão de área do Porto de São Sebastião e o novo aeródromo do município de Caraguatatuba

Ministro Silvio Costa Filho anuncia investimentos no estado de São Paulo, nesta terça-feira (21)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anuncia nesta terça-feira (21), no Porto de São Sebastião, Litoral Norte de São Paulo, o arrendamento da área SSB01. No projeto estão previstos um píer de atracação, ampliação do pátio, um novo sistema para carga e descarga de caminhões, além da dragagem para aprofundar os canais de acesso. As obras devem gerar 5 mil empregos durante a construção e 1,3 mil postos de trabalho permanentes na operação.

Pela tarde, em Caraguatatuba, o ministro anuncia, o projeto do novo aeródromo do município, que está em fase de licenciamento. A infraestrutura contará com uma pista de pouso e decolagem de 880 metros, projetada para receber aeronaves de pequeno porte, tanto de aviação geral quanto executiva. O aeródromo também será equipado para operar por instrumentos (IFR), o que permitirá pousos e decolagens com segurança mesmo em condições meteorológicas desfavoráveis.

Atendimento à imprensa

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento em São Sebastião, devem realizar credenciamento pelo e-mail semil.imprensa@sp.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de comunicação.

Já para o evento em Caraguatatuba, o credenciamento está sendo feito pelo e-mail jornalismo@caraguatatuba.sp.gov.br, com as mesmas informações.

Serviço



O quê: Anúncio do arrendamento da área SBB01 do Porto de São Sebastião
Horário: 12h15
Local: Av. Doutor Altino Arantes, 372, Centro, São Sebastião (SP)

Serviço

O quê: Anúncio do projeto do novo aeródromo de Caraguatatuba
Horário: 14h30
Local: Pátio de Triagem, Rua Prudência Sanches Froile Mansano, Pontal de Santa Marina.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 21/10/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – MARGEM EQUATORIAL: ENFIM, A LICENÇA AMBIENTAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A autorização concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à Petrobras, para iniciar a pesquisa exploratória na Margem Equatorial, marca um momento de inflexão para o futuro energético do Brasil. O anúncio, que permite a perfuração imediata no bloco FZA-M-059, em águas profundas do Amapá, encerra um ciclo de cinco anos de intenso diálogo e negociação, elevando o debate sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade a um novo patamar.

O rigor do processo de licenciamento, que incluiu a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), audiências públicas e um simulado de situação de emergência (APO) com mais de 400 pessoas, demonstra a seriedade com que as instituições trataram as preocupações ambientais. A comprovação da “robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente”, segundo a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, transforma a licença em uma “conquista da sociedade brasileira”, pois viabiliza um projeto de potencial estratégico sob o crivo da responsabilidade ambiental.

A importância da obtenção da licença ambiental pela Petrobras reside no potencial de a Margem Equatorial se tornar uma nova fronteira petrolífera, crucial para a segurança energética do País e para a atração de investimentos. A exploração, se bem-sucedida, pode gerar receitas significativas e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de regiões que carecem de investimentos.

O caso da Margem Equatorial é um exemplo de como o rigor regulatório, inicialmente traduzido em uma negativa em 2023, levou a um aprimoramento substancial do projeto da Petrobras. O Ibama exigiu a construção e operacionalização de mais um centro de atendimento à fauna, em Oiapoque (AP), e um plano de resposta a emergências mais robusto, o que demonstra a capacidade das instituições de trabalharem em conjunto. Essa articulação entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e a Petrobras é o caminho para que o Brasil explore suas riquezas naturais sem comprometer a integridade de ecossistemas sensíveis, como o da bacia da Foz do Amazonas.

A Margem Equatorial não é apenas uma questão de energia, mas um teste para o modelo de desenvolvimento brasileiro. A expectativa é que a pesquisa explore o potencial do bloco FZA-M-059 com o máximo de segurança, responsabilidade e qualidade técnica, confirmando a existência de petróleo e provando que o desenvolvimento e a sustentabilidade podem, de fato, caminhar juntos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 21/10/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - PETROBRAS REDUZ PREÇO DA GASOLINA EM 4,9%; DIESEL SEGUE SEM REAJUSTE

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

QUEDA NO PREÇO

A Petrobras anunciou uma redução de 4,9% no preço da gasolina A vendida às distribuidoras. O novo valor, de R\$ 2,71 por litro, entra em vigor nesta terça-feira (21). Essa é a segunda queda no ano — a primeira ocorreu em junho, com redução de 5,6%. No acumulado de 2025, o preço do combustível nas refinarias recuou 10,3%. Com o corte anunciado, o preço da gasolina nas refinarias soma redução de R\$ 0,36 desde dezembro de 2022, considerando a inflação do período.

DIESEL

A Petrobras informou que o valor do diesel vendido às distribuidoras permanece inalterado. Desde março, o combustível já teve três reduções e acumula queda de 35,9% desde o fim de 2022. A estatal destacou que o preço final ao consumidor depende também de impostos, frete, mistura com etanol e margens de lucro de distribuidoras e postos.

PREMIAÇÃO

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) lançou na segunda-feira (20) a terceira edição do Prêmio ANTT – Destaques 2025, principal iniciativa da autarquia para reconhecer boas práticas, inovação e eficiência na gestão do transporte terrestre brasileiro. Criado em 2021, o prêmio destaca projetos e ações que geram impacto positivo na vida dos usuários e contribuem para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura de transportes no país.

PROPÓSITO

Com o lema “Reconhecer para evoluir”, a premiação tem como objetivo, segundo a própria ANTT, valorizar os esforços e resultados concretos de concessionárias e empresas que atuam no aprimoramento da eficiência, da segurança e da sustentabilidade do transporte terrestre. A edição deste ano amplia o alcance e a estrutura da premiação, que passa a contar com seis classes principais e mais de 40 categorias, abrangendo concessionárias de rodovias, ferrovias e empresas de transporte rodoviário de passageiros e cargas.

CATEGORIAS

Entre as categorias contempladas estão Segurança Viária e Ferroviária; Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética; Inovação e Transformação Digital; Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional; Atendimento e Experiência do Usuário; e Integridade e Responsabilidade Social. O prêmio reconhece ações implementadas e mensuráveis, com resultados comprovados entre 2024 e 2025, incluindo soluções tecnológicas, práticas de gestão e iniciativas voltadas a impacto ambiental, social e de governança (ESG).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/10/2025

NACIONAL - EMBRAER INVESTE R\$ 376 MILHÕES EM NOVO HANGAR DE MANUTENÇÃO NOS EUA

Unidade em Fort Worth, no Texas, deve ampliar em 53% a capacidade de atendimento da fabricante no mercado norte-americano e gerar 250 empregos no setor de aviação

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A cerimônia que marcou o anúncio do investimento nos EUA contou com a presença de autoridades locais, representantes de organizações parceiras e executivos da companhia

A Embraer anunciou na segunda-feira (20) um investimento de até US\$ 70 milhões — cerca de R\$ 376 milhões na cotação atual — para a construção de uma nova unidade de manutenção, reparo e revisão (MRO, na sigla



em inglês) de jatos comerciais no Aeroporto Perot Field Alliance, em Fort Worth, no Texas (EUA). Segundo a fabricante brasileira, o projeto ampliará em 53% a capacidade de atendimento aos clientes da família E-Jets nos Estados Unidos e deve gerar cerca de 250 empregos de alta qualificação no setor aeronáutico.

A cerimônia que marcou o anúncio do investimento contou com a presença de autoridades locais, representantes de organizações parceiras e executivos da companhia. As obras estão previstas para começar nos próximos meses, e a inauguração do hangar deve ocorrer em 2027.

Em comunicado, a empresa afirmou que o investimento simboliza “o compromisso de longo prazo da Embraer com o mercado norte-americano”. Durante o evento, o presidente e CEO da companhia, Francisco Gomes Neto, destacou a importância da nova estrutura para a expansão das operações da fabricante nos Estados Unidos, onde está presente há mais de quatro décadas.

“É uma honra estarmos aqui em Fort Worth, no Texas, uma cidade que representa inovação, resiliência e oportunidades, para celebrar o início da construção da nossa nova unidade de Manutenção, Reparo e Revisão no Aeroporto Perot Field Alliance. Este momento marca um novo capítulo na trajetória da Embraer nos Estados Unidos, país onde estamos presentes há mais de 46 anos. Com um investimento de até US\$ 70 milhões e a criação de 250 novos empregos qualificados na aviação, esta unidade simboliza nosso compromisso de longo prazo com o mercado norte-americano”, afirmou.

A Embraer informou que, enquanto a nova instalação não é concluída, as operações de manutenção estão sendo realizadas em um hangar já existente no mesmo aeroporto, desde junho deste ano. A expansão conta com o apoio da cidade de Fort Worth, do condado de Denton e do governo estadual do Texas.

A iniciativa foi destacada por autoridades locais como parte de um movimento de fortalecimento do setor aeroespacial na região. O presidente da Hillwood, Ross Perot Jr., afirmou que “o investimento da Embraer representa o modelo de parceria que caracteriza o Perot Field Alliance e o norte do Texas”, ao citar a cooperação entre indústria, governo e instituições de ensino como base para o desenvolvimento econômico local.

A prefeita de Fort Worth, Mattie Parker, afirmou que o projeto reforça o papel da cidade como polo global de inovação e manufatura aeronáutica. “O aeroporto continua a ser um polo de inovação e oportunidades econômicas, e a expansão da Embraer reforça ainda mais a posição de Fort Worth como líder global em aviação e manufatura avançada. Este investimento traz não apenas empregos de alta qualidade, mas também evidencia a força do nosso ambiente de negócios e o talento da nossa força de trabalho local”, disse.

O presidente e CEO da Parceria de Desenvolvimento Econômico de Fort Worth, Robert Allen, afirmou que o novo hangar da Embraer “é uma prova do crescimento econômico de Fort Worth” e que a cidade “reforça ainda mais seu papel como líder no setor de aviação, reconhecida pelo governador como a Capital da Aviação e Defesa do Texas”.

A diretora de Desenvolvimento Econômico de Fort Worth, Jessica Rogers, também ressaltou a relevância do projeto. “Essa nova unidade de manutenção no Aeroporto Perot Field Fort Worth Alliance representa o próximo capítulo da longa e orgulhosa trajetória da nossa cidade na aviação. O investimento da Embraer e a criação de 250 empregos de alta qualificação reforçam ainda mais a posição de Fort Worth como um centro de referência em inovação e manufatura aeroespacial”, declarou.

O juiz Andy Eads, do condado de Denton, acrescentou que a presença da empresa brasileira “demonstra o papel crescente da região na economia e na aviação globais”. Segundo ele, a parceria com a Embraer deve impulsionar o desenvolvimento de novos negócios e gerar impacto econômico de longo prazo.

A Embraer informou que o novo centro de serviços no Texas fará parte de sua rede global de manutenção, que inclui mais de 80 centros de serviço autorizados e 13 próprios em todo o mundo. A empresa destacou ainda que a expansão reforça sua estratégia de fortalecer a presença nos principais mercados de aviação comercial.

Financiamento

Na semana anterior ao anúncio, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) havia divulgado um financiamento de R\$ 1,7 bilhão para apoiar a exportação de 13 jatos modelo E-175 da Embraer para a companhia norte-americana SkyWest Airlines, uma das principais clientes da fabricante brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

REGIÃO NORTE - PETROBRAS OBTÉM LICENÇA DO IBAMA PARA INICIAR PERFURAÇÃO NA MARGEM EQUATORIAL

Autorização permite início imediato da pesquisa exploratória em águas profundas do Amapá, após cinco anos de diálogo entre a estatal e órgãos ambientais

Da Agência Brasil



Segundo a Petrobras, a sonda exploratória se encontra na região do bloco FZA-M-059 da Margem Equatorial e a perfuração está prevista para começar “imediatamente”

A Petrobras obteve a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar operação de pesquisa exploratória na Margem Equatorial, região localizada no norte do país e apontada como novo pré-sal devido ao seu potencial petrolífero. O anúncio foi feito na

segunda-feira (20) pelo Ibama.

De acordo com a Petrobras, a sonda exploratória se encontra na região do bloco FZA-M-059 e a perfuração está prevista para começar “imediatamente”. O poço fica em águas profundas do Amapá, a 175 quilômetros da costa e a 500 quilômetros da foz do rio Amazonas.

A autorização foi obtida cerca de dois meses depois da última fase do processo de licenciamento, a chamada avaliação pré-operacional (APO), que consiste em um simulado de situação de emergência e plano de reação, com atenção especial à fauna.

A Petrobras informou que atendeu a todos os requisitos estabelecidos pelo Ibama – órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – cumprindo integralmente o processo de licenciamento ambiental.

A presidente da companhia, Magda Chambriard, classificou a obtenção da licença como “uma conquista da sociedade brasileira”.

“Revela o compromisso das instituições nacionais com o diálogo e com a viabilização de projetos que possam representar o desenvolvimento do país”, afirmou Chambriard no comunicado.

Ela lembrou que foram cinco anos de diálogo com governos e órgãos ambientais municipais, estaduais e federais até a licença. Chambriard considera que a estatal pôde comprovar “a robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente”.



“Vamos operar na Margem Equatorial com segurança, responsabilidade e qualidade técnica. Esperamos obter excelentes resultados nessa pesquisa e comprovar a existência de petróleo na porção brasileira dessa nova fronteira energética mundial”, completou.

Por meio de nota, o Ibama informou que a emissão da licença ocorreu após “rigoroso processo de licenciamento ambiental”. Esse processo contou com elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA), três audiências públicas e 65 reuniões técnicas setoriais em mais de 20 municípios do Pará e do Amapá. Também foram feitas vistorias em todas as estruturas de resposta à emergência e unidade marítima de perfuração, além da realização da APO, que envolveu mais de 400 pessoas.

Ainda de acordo com o órgão ambiental, após a negativa de 2023, foi iniciada uma “intensa discussão” com a Petrobras, que permitiu aprimoramento substancial do projeto apresentado, especialmente em relação à estrutura de resposta a emergência.

Entre os avanços, o Ibama cita a construção e operacionalização de mais um centro de atendimento à fauna, no município de Oiapoque (AP), que se soma ao já existente em Belém.

O Ibama afirmou que as exigências adicionais foram fundamentais para a viabilização ambiental do empreendimento, considerando as características ambientais excepcionais da região da bacia da Foz do Amazonas.

O instituto antecipou que, durante a atividade de perfuração, será realizado novo exercício simulado de resposta a emergência, com foco nas estratégias de atendimento à fauna.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

NACIONAL – UMA REGIÃO ENTRE O NOVO PRÉ-SAL E AS CRÍTICAS AMBIENTAIS

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Margem Equatorial ganhou notoriedade nos últimos anos por ser tratada como uma nova e promissora fronteira de exploração de petróleo e gás. Descobertas recentes de petróleo nas costas da Guiana, da Guiana Francesa e do Suriname, países vizinhos ao norte do Brasil, mostraram o potencial exploratório da região, localizada próxima à linha do Equador. No Brasil, a área se estende do Rio Grande do Norte até o Amapá.

A busca pela licença de exploração se iniciou em 2013, quando a petrolífera britânica BP arrematou a licitação da área. Por decisão estratégica, a companhia repassou a concessão para a Petrobras em 2021.

A Petrobras tem poços na nova fronteira exploratória, mas, até então, só tinha autorização do Ibama para perfurar os dois da costa do Rio Grande do Norte.

Em maio de 2023, o Ibama chegou a negar a licença para a área chamada de Bacia da Foz do Amazonas, o que fez a Petrobras pedir a reconsideração.

Além da companhia, setores do governo, incluindo o Ministério de Minas e Energia e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defenderam a liberação da licença. No Congresso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), foi um dos principais articuladores para apressar e autorizar a licença.

Segundo a Petrobras, a espera pela licença de exploração custou R\$ 4 milhões por dia à empresa.

Um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) esma que o volume potencial total recuperável da Bacia da Foz do Amazonas pode chegar a 10 bilhões de barris de óleo equivalente. Para efeito de comparação, dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que o Brasil tem 66 bilhões de barris entre reservas provadas, prováveis e possíveis.

Críticas

A exploração é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis impactos ao meio ambiente. Há também a percepção, por parte deles, de que se trata de uma contradição à transição energética, que significa a substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis, que emitam menos gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global.

A Petrobras insiste que a produção de óleo a partir da Margem Equatorial é uma decisão estratégica para que o país não tenha que importar petróleo na próxima década. A estatal frisa que, apesar do nome Foz do Amazonas, o local fica a 540 quilômetros da desembocadura do rio propriamente dita.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

NACIONAL - GOVERNO INFORMA QUE CODEBA VAI PASSAR A ADMINISTRAR O PORTO DE ITAJAÍ

Segundo secretário de Portos, Autoridade Portuária dos complexos da Bahia ficará com a gestão até a criação da Companhia Docas de Santa Catarina

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



Segundo o secretário Alex Ávila, a criação da nova empresa pública faz parte de um processo mais amplo que visa garantir a independência e a autonomia do Porto de Itajaí

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) confirmou que a Companhia das Docas da Bahia (Codeba) passará a administrar o Porto de Itajaí, em Santa Catarina. A informação foi anunciada pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila, que visitou os dois complexos portuários na última semana.

Com isso, a administração do complexo de Itajaí sairá das mãos da Autoridade Portuária de Santos (APS), que está gerindo o avo desde o início deste ano.

Em nota enviada ao BENEWS, a APS explicou que seguirá o previsto no Convênio de Descentralização nº 002/2024, celebrado entre o MPor e a APS, que prevê a administração do Porto de Itajaí até 02 de janeiro de 2026. A companhia que administra o porto santista reiterou que “havendo uma nova publicação a respeito, a APS cumprirá com o que for determinado”, pontuou.

Quando a transição for formalizada, a administração do Porto de Itajaí seguirá com a Codeba até a criação da Companhia Docas de Santa Catarina, que passará a ser responsável pelo complexo portuário.

O diretor-presidente da Codeba, Antônio Gobbo, afirmou que a diretoria da Autoridade Portuária baiana se reunirá com o ministro Silvio Costa Filho para tratar da transição de gestão. Para a transição definitiva, será necessária a publicação de um convênio de delegação, que passe a gestão do complexo de Itajaí para a Codeba. Ainda não há data prevista para o encontro.

Independência

Segundo Alex Ávila, a criação da nova empresa pública faz parte de um processo mais amplo que visa garantir a independência e a autonomia do Porto de Itajaí, fortalecendo sua capacidade de gestão e ampliando investimentos estratégicos.

“Esse tema faz parte de um processo vinculado à criação da empresa pública, justamente para garantir a independência do Porto de Itajaí. A decisão de termos um porto independente é do

Governo Federal. Quando vinculamos o Porto ao Governo, foi com o propósito de assegurar uma gestão autônoma, ampliar investimentos e fortalecer sua atuação — e é exatamente isso que estamos fazendo”, explicou.

Empresa federal

Desde a federalização do Porto de Itajaí, que até o final do ano passado era administrado pela Prefeitura, o Governo Federal anunciou a intenção de criar uma Autoridade Portuária para gerir o complexo portuário.

A APS, a Superintendência do Porto de Itajaí e a Secretaria Nacional de Portos anunciaram a criação de um Grupo de Trabalho para fazer o modelo de gestão que permite a criação da nova Companhia Docas de Santa Catarina. O modelo foi concluído e encaminhado para análise do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A pasta fará as devidas correções e ajustes e o projeto seguirá para aprovação da Casa Civil. Por fim, a criação precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional. Passada a votação no Congresso, serão realizados os atos constitutivos, que incluem a nomeação da futura diretoria e do estatuto social junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

“A criação da Companhia Docas de Santa Catarina é prioridade total para o Ministério dos Portos. Temos o desejo e a orientação de todo o nosso governo para chegar o mais rápido possível nessa conclusão. São etapas detalhistas e técnicas, mas posso dizer que vamos buscar cumprir no menor prazo possível”, concluiu Ávila.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

REGIÃO SUDESTE - PRESIDENTE DA PORTOSRIO ANUNCIA DRAGAGEM EMERGENCIAL NO PORTO DE ITAGUAÍ

Flávio Vieira afirmou que a obra, prevista ainda para 2025, visa restabelecer condições de navegabilidade e eliminar restrições

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A dragagem visa restabelecer as condições de navegabilidade e eliminar restrições a embarcações de grande porte, de acordo com o presidente da PortosRio, Flávio Vieira

O diretor-presidente da PortosRio, Autoridade Portuária que administra os portos públicos do estado, Flávio Vieira, afirmou que será realizada uma dragagem emergencial no canal de acesso ao Porto de Itaguaí. O anúncio ocorreu durante a participação da PortosRio no II Fórum de Acessibilidade Marítima da Baía de Sepetiba, realizado em Mangaratiba na última semana.

De acordo com o presidente da Autoridade Portuária, o objetivo da obra será para restabelecer as condições de navegabilidade e eliminar restrições a embarcações de grande porte que adentram o complexo portuário.

Segundo Vieira, a decisão foi tomada porque a Praticagem do Rio de Janeiro identificou pontos de assoreamento que comprometem a segurança da navegação e que limitam a entrada de navios de grande porte no período de maré cheia. “Decidimos agir imediatamente e realizar a dragagem dos pontos críticos. Essa ação vai restabelecer a navegabilidade plena e garantir que as operações ocorram durante todo o dia”, afirmou.

O presidente reiterou que o serviço emergencial tem previsão para ocorrer ainda em 2025, e que será realizado como parte do plano de investimentos para o Porto de Itaguaí, que prevê a dragagem completa do canal aquaviário. Segundo ele, uma das metas da atual gestão é consolidar investimentos em infraestrutura e tecnologia no porto, considerado um dos principais vetores de crescimento da companhia e um dos mais promissores do país.

Durante o evento, a diretoria do complexo portuário apresentou o planejamento e o avanço em infraestrutura no porto nos últimos anos, com destaque para o andamento da implantação do VTMS (sigla em inglês para Sistema de Informação e Gerenciamento do Tráfego de Embarcações).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO AVALIA ANTECIPAR ENTREGA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ PARA 2030

Durante agenda na Baixada Santista, governador Tarcísio de Freitas admitiu ser possível a redução do número de módulos de concreto no empreendimento

Do Jornal da Orla e Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O governador Tarcísio de Freitas esteve em Cubatão, a cerca de 20 km do Porto de Santos, para a entrega de 174 unidades habitacionais a famílias residentes em áreas de risco

O Governo de São Paulo avalia antecipar em um ano a entrega do túnel Santos-Guarujá, que ligará as duas margens do Porto de Santos, o principal complexo marítimo do Brasil. A obra, com um prazo inicial de conclusão em 2031, tem a possibilidade de ser finalizada em 2030. Isso porque o andamento do projeto mostrou que é possível haver a redução de dois módulos de

concreto no empreendimento, passando de seis para quatro.

A INFORMAÇÃO FOI ANUNCIADA PELO GOVERNADOR DE SÃO PAULO, TARCÍSIO DE FREITAS, QUE ESTEVE EM CUBATÃO, A CERCA DE 20 QUILOMETROS DO PORTO DE SANTOS, NA SEGUNDA-FEIRA, DIA 20, PARA A ENTREGA DE 174 UNIDADES HABITACIONAIS A FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREAS DE RISCO. DE ACORDO COM O CHEFE DO EXECUTIVO ESTADUAL, SERÁ PRECISO VERIFICAR UMA SÉRIE DE AJUSTES, MAS A ANTECIPAÇÃO É VIÁVEL.

A informação foi anunciada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que esteve em Cubatão, a cerca de 20 quilômetros do Porto de Santos, na segunda-feira, dia 20, para a entrega de 174 unidades habitacionais a famílias residentes em áreas de risco. De acordo com o chefe do Executivo estadual, será preciso verificar uma série de ajustes, mas a antecipação é viável.

“Tem a fase, agora, de constituição da sociedade para que a gente possa fazer a assinatura de contrato. Já estamos verificando os melhores locais para canteiro de obras e discutindo com a empresa a metodologia construtiva. A tendência é que a gente faça o túnel em menos módulos; em quatro e não seis. Com isso, ganhamos em cronograma e diminuimos o tempo de interrupção do canal. Assinado o contrato, a empresa vai se debruçar sobre o projeto executivo e fazer os ajustes. Dependendo desses ajustes, há a possibilidade de, em vez de ser inaugurado em 2031, possamos antecipar para 2030”, explicou Tarcísio de Freitas.



A empresa Mota-Engil Latam Portugal S.A. foi oficialmente declarada vencedora do leilão para construção, operação e manutenção do túnel, realizado em 5 de setembro na B3, em São Paulo. O secretário de Estado de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, explicou que o contrato segue agora para homologação do resultado e, em seguida, para a assinatura da concessão. A partir dessa etapa, terá início a fase preparatória da Parceria Público-Privada (PPP), que envolve a elaboração do projeto executivo, a obtenção da licença de instalação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e a definição do local da doca seca, onde serão produzidos os elementos estruturais do túnel.

O empreendimento, orçado em R\$ 6,8 bilhões, será realizado no modelo de PPP patrocinada, com prazo de 30 anos e aporte público de até R\$ 5,1 bilhões, divididos igualmente entre o Governo de São Paulo e a União. A Mota-Engil venceu o leilão com desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual de R\$ 438,3 milhões. Com a habilitação definitiva, o processo avança agora para as etapas de homologação e adjudicação, que antecedem a assinatura oficial do contrato. Após essa fase, a concessionária terá até 60 dias para formalizar o acordo, e os aportes públicos deverão ser efetuados até 60 dias depois da assinatura.

Licença

A Cetesb já emitiu a licença ambiental prévia, que confirma a viabilidade da obra e autoriza o avanço da parceria, estabelecendo condicionantes ambientais e sociais para a próxima fase. A análise do órgão considerou fatores como impactos sobre manguezais, fauna, flora, ruído e desapropriações, além de prever ações mitigatórias e programas de monitoramento.

A etapa seguinte inclui também obras complementares em Santos e Guarujá, voltadas à melhoria da fluidez do trânsito e à adaptação das vias ao novo fluxo de veículos. Essas intervenções deverão começar em 2026, sob fiscalização da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), responsável por acompanhar o cumprimento do cronograma e garantir a transparência de todas as fases.

O túnel Santos-Guarujá terá 870 metros de extensão sob o canal portuário, com três faixas por sentido, passagem para pedestres e ciclistas e uma galeria técnica para a instalação de serviços públicos. Será o primeiro túnel imerso construído no Brasil, formado por módulos de concreto pré-fabricados fora do canal e posteriormente assentados no leito do Porto de Santos. A doca seca para a fabricação dos módulos será instalada em Santos ou Guarujá, com definição prevista para 2026. A produção das estruturas deverá começar em 2027, e a montagem da estrutura imersa está prevista até 2030.

Segundo o secretário Rafael Benini, o Túnel Santos-Guarujá representa uma das obras mais estruturantes em mobilidade urbana do estado. “A conclusão da fase de habilitação e o avanço das etapas contratuais mostram o empenho do governo em promover desenvolvimento, integração regional e qualidade de vida à população da Baixada Santista”, afirmou.

Site oficial

O Governo de São Paulo também lançou o site oficial do túnel Santos-Guarujá (www.tunelsantosguaruja.sp.gov.br), desenvolvido pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI). A página reúne informações detalhadas sobre o cronograma, o acompanhamento das etapas e o funcionamento da PPP, com o objetivo de ampliar a transparência e permitir que a população acompanhe de perto o andamento da obra.

Com cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos previstos durante as obras, o túnel será a primeira ligação seca entre Santos e Guarujá. A travessia promete reduzir o tempo de deslocamento entre as duas margens para cerca de cinco minutos, beneficiando mais de 2 milhões de pessoas e impulsionando o desenvolvimento logístico, urbano e econômico de toda a Baixada Santista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

BRASIL EXPORT - INOVA EXPORT ABRE PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT

Encontro de abertura reunirá executivos, autoridades e especialistas para discutir inovação e competitividade na infraestrutura brasileira

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Inova Export é uma iniciativa que propõe conectar pessoas, ideias e soluções voltadas à inovação nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos e comércio exterior

O Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025 terá início no próximo dia 28 com o Inova Export. A iniciativa do Grupo Brasil Export propõe conectar pessoas, ideias e soluções voltadas à inovação nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos e comércio exterior. O encontro de negócios será realizado no hotel Royal Tulip Alvorada, em Brasília, e reunirá executivos de todo o país, conselheiros do Brasil Export, agentes

públicos, magistrados e representantes de empresas patrocinadoras.

A cerimônia de abertura do Inova Export está prevista para as 9h, seguida por dois painéis que abordarão os novos caminhos da inovação e os desafios da competitividade no Brasil.

O primeiro painel, “Tecnologias e investimentos para um Brasil mais competitivo”, terá moderação de Karina Martins, diretora-executiva do HUB Brasil Export, e reunirá como debatedores Angelino Caputo, presidente-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra); Cristiano Gontijo, coordenador-geral de Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos; Karina Regina Vieira Bazuchi, gerente de Inovação da ApexBrasil; e Mario Luiz Meira, diretor de Desenvolvimento Institucional da Triunfo Logística. O debate colocará em pauta o papel da inovação como vetor de competitividade e a importância dos investimentos em tecnologia para o avanço da infraestrutura nacional.

Na sequência, o segundo painel, “Inovação aberta: conectando ecossistemas e acelerando soluções”, será moderado por Danielle Bernardes, gerente-executiva da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Estão confirmados como debatedores Claude Soares, superintendente interina de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Dayse Karenine de Oliveira, coordenadora de Inovação e Estudos no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e Osório Coelho Neto, diretor do Departamento de Programas de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O painel discutirá formas de integração entre governo, empresas e instituições de pesquisa, com foco em soluções colaborativas e sustentáveis.

Além do Inova Export, o Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025 contará com uma ampla programação distribuída entre os dias 28, 29 e 30, incluindo o Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH), o Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes (InfraJur) e a terceira edição da Expo Brasil Export, feira voltada à promoção de negócios e parcerias.

O evento será encerrado com a cerimônia de premiação da primeira edição do Navegue + Brasil, que reconhecerá empresas e iniciativas de destaque no fortalecimento do transporte aquaviário nacional.

Toda a programação do fórum será transmitida ao vivo pela TV BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025

Programação do fórum Brasil Export Infraestrutura 2025

28 | OUTUBRO | TERÇA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Inova Export

> Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos e comércio exterior

10h45 Intervalo

11h00 Painel: Protagonismo feminino e equidade de gênero no setor de infraestrutura

Debatedoras: Cristina Castro, Superintendente de ESG e Inovação da Antaq; Vlândia Pompeu, Corregedora do Ministério dos Portos e Aeroportos

12h30 Encerramento do período

14h00 Abertura da terceira edição da Expo Brasil Export

14h15 InfraJur, Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

14h30 Palestra de abertura

15h00 Painel 1 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Legislativo

16h00 Intervalo

16h30 Painel 2 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Judiciário

17h30 Palestra de encerramento: Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Tema: O STF e a economia brasileira

18h15 Intervalo

18h30 Sessão solene

Presença: Sílvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos; Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da ANTT; Flávia Takafashi, Diretora da ANTAQ; Sérgio Bacchi, Presidente da Transpetro; Demais autoridades a confirmar

20h00 Encerramento

29 | OUTUBRO | QUARTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Abertura do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH)

Presença: Alex Ávila, Secretário Nacional de Portos; Wilson Lima Filho, Diretor da ANTAQ; Demais autoridades a confirmar

09h45 Painel 1 do ENAPH: Os portos brasileiros conectados ao mundo | Atração de investimentos e cooperação internacional

10h30 Intervalo

11h00 Painel 2 do ENAPH: Modelos para aperfeiçoar o serviço de dragagem nos portos brasileiros

Debatedores: Ernesto Sampaio, Diretor-Presidente da Companhia Docas de São

Sebastião; Cleverton Elias Vieira, Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul; Demais gestores a confirmar

11h45 Painel 3 do ENAPH: Inovação e boas práticas de governança nas autoridades portuárias

12h30 Encerramento do período

14h30 Painel: Impactos da geopolítica mundial no comércio exterior brasileiro

15h30 Painel: Tecon 10 e o futuro do complexo portuário de Santos

16h30 Intervalo

17h00 Apresentação InfraESG

17h30 Painel InfraESG

18h30 Cerimônia de premiação da primeira edição do Navegue + Brasil

Presença: Dino Batista Antunes, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação

20h00 - Encerramento

30 | OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Palestra de abertura

09h30 Painel: Sistemas ferroviários de acesso aos portos brasileiros e ações para ganhos de produtividade

Debatedores: Davi Barreto, Diretor-Presidente da ANTF; João Almeida, Diretor-Presidente da FIPS

10h15 Painel: Estratégias para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil

Debatedores: Tiago Faienstein, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Infraestrutura de transportes | Financiamento, regulação e soluções logísticas

Apresentação: Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

12h00 Painel: O papel da indústria para o crescimento econômico e sustentável do Brasil

12h45 Encerramento do período

14h30 Painel: Os biocombustíveis como vetores de descarbonização no setor de transportes

15h15 Painel: Investimento em infraestrutura como pilar estratégico para o crescimento da agroindústria

16h00 Painel: Concessões e políticas fiscais | As ações dos governos estaduais para alavancar investimentos e proporcionar qualidade de vida para a população

17h00 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

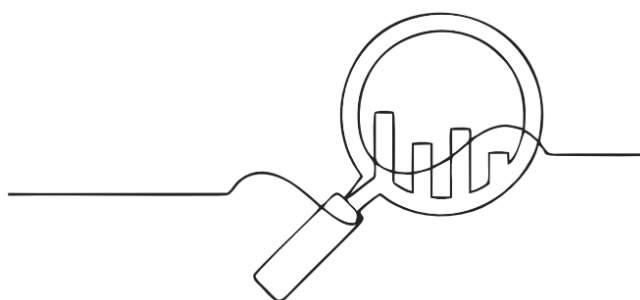
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - SEM INFRAESTRUTURA, NÃO HÁ CRESCIMENTO



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opinioao@portalbenews.com.br



Ao longo dos séculos, o comércio é que viabilizou as “rotas da seda” ou a “rota das especiarias”, que comercializavam tecidos entre a Ásia e a Europa. Mesmo as rotas (abomináveis) do Atlântico, que transportaram açúcar, ouro e escravos, na formação do Capitalismo é que viabilizaram as transformações econômicas de diversas regiões. As propriedades fundiárias em si, sem as atividades de comércio, não criavam riquezas.

Não há como uma região sem acessibilidade ter atividades econômicas. As populações de pequenas cidades do interior que seguem isoladas, como se estivessem centenas de anos atrás, seguirão com as atividades econômicas de centenas de anos atrás. A infraestrutura é anterior à mudança da dinâmica econômica. Sem ela, até mesmo as eventuais produções de subsistência nunca terão a oportunidade de construir excessos para atingir outros mercados, pois sem o mínimo comércio, não há mudanças.

Ao longo dos séculos, o comércio é que viabilizou as “rotas da seda” ou a “rota das especiarias”, que comercializavam tecidos entre a Ásia e a Europa. Mesmo as rotas (abomináveis) do Atlântico, que transportaram açúcar, ouro e escravos, na formação do Capitalismo é que viabilizaram as transformações econômicas de diversas regiões. As propriedades fundiárias em si, sem as atividades de comércio, não criavam riquezas. Comércio e inovação de produtos e tecnologias é onde está o avanço do crescimento econômico ao longo dos séculos. O intercâmbio cultural e comercial é que tem viabilizado transformações.

No Brasil contemporâneo estamos sabotando as oportunidades de crescimento. Não se aceita a criação de novas infraestruturas e se faz um dano ao desenvolvimento tecnológico, com pífios investimentos em educação e tecnologia. É como se não quiséssemos desenvolver e mudar o modelo econômico para o aumento da prosperidade. É como se quiséssemos seguir um país agrário e extrativista, enquanto o mundo segue para as novas tecnologias e trocas comerciais.

A ampliação do emprego formal é maravilhosa, mas precisamos de empregos mais bem remunerados, não por decreto, mas por competência que precisa ser criada com investimentos. Ignorar e atacar as possibilidades de crescimento e de ocupação do território brasileiro é um erro enorme. Mais educação sem tecnologia não leva ao crescimento natural da renda. É necessária a criação de oportunidades, mas com juros tão altos e sem investimentos, como criar oportunidades?

É revelador o que a Folha de São Paulo publicou em 19/10/2025 “Desde 2015 deputados e senadores separaram pouco mais de R\$ 520 milhões no Orçamento federal para a pasta de meio ambiente, enquanto da Noruega vieram recursos no valor de R\$ 1,75 bilhão para o Fundo Amazônia.” Estamos desprezando o nosso próprio território e seus potenciais de crescimento econômico. Não há infraestrutura transformadora sendo construída e os acessos ao interior seguem como séculos atrás. Como ter uma economia do século XXI nestas condições?

Com isso, o Sudeste é a origem e o destino dos recursos nacionais até para o meio ambiente, onde vão 28,3% das emendas parlamentares, enquanto o Norte recebe apenas 1,9%, o que é natural, pois há menos parlamentares dali. E a Região Norte é onde está a grande fronteira do desenvolvimento nacional contemporâneo. Está na hora de mudar esta realidade, para que exista uma mudança da dinâmica econômica nacional. Fora disto, seguiremos por séculos fazendo de conta que queremos desenvolver e fingindo cumprir a lei que afirma que deveríamos reduzir as desigualdades nacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

FOZ DO AMAZONAS PODE COLOCAR BRASIL ENTRE OS QUATRO MAIORES PRODUTORES DE PETRÓLEO DO MUNDO

País está hoje na sétima posição do ranking. Se potencial da região for confirmado, produção nacional pode alcançar 5 milhões de barris diários a partir de 2030, atrás apenas de EUA, Arábia Saudita e Rússia

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Sonda usada pela Petrobras na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial — Foto: Divulgação/Foresea/Petrobras

A Bacia da Foz do Amazonas pode ajudar o Brasil a ficar entre os quatro maiores produtores globais de petróleo na próxima década. De acordo com analistas, se o potencial da região for confirmado, o país pode ultrapassar a marca de 5 milhões de barris diários de produção a partir de 2030, ultrapassando Canadá e China e ficando atrás apenas de Estados Unidos, Arábia Saudita e Rússia.

Veja onde estão os poços

- Bacias que compõem a margem equatorial
- Países que já exploram a região
- Poços exploratórios da Petrobrás

A Petrobras reservou US\$ 3 bilhões no seu plano estratégico de 2025 a 2029 para perfurar 15 poços nas diferentes bacias da Margem Equatorial



O Ibama autorizou nesta segunda-feira a Petrobras a perfurar o primeiro poço exploratório de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial.

Segundo Rivaldo Moreira Neto, diretor da A&M Infra, a licença dada pelo Ibama indica ainda uma tendência de desenvolvimento de novas áreas na Bacia da Foz do Amazonas. Segundo dados da Trading Economics, o Brasil está hoje na sétima posição no ranking dos maiores produtores de petróleo do mundo, com 3,9 milhões de barris por dia.

Veja o ranking atual:

1. Estados Unidos: 13,6 milhões de barris diários
2. Arábia Saudita: 9,9 milhões de barris por dia
3. Rússia: 9,7 milhões
4. Canadá: 4,8 milhões
5. China: 4,4 milhões
6. Brasil: 3,9 milhões
7. Iraque: 3,8 milhões

Para ele, com base em países vizinhos, como Guiana e Suriname, que já produzem entre um e dois milhões de barris por dia, o Brasil pode alcançar um novo patamar de produção já na próxima década.

— Se a Bacia da Foz do Amazonas apresentar o potencial que é previsto, vai ajudar o Brasil a manter o seu nível de produção, que começa a declinar já no início dessa década, com a queda na produção do pré-sal. Isso vai permitir que o país consiga preservar sua relevância e até alcançar o grupo dos maiores produtores globais de petróleo na próxima década se aproximando de Canadá e ultrapassando a China.

— Foto: Arte O GLOBO

Segundo especialistas, a aprovação dada pelo Ibama para que a Petrobras perfure seu primeiro poço exploratório traz um efeito importante para o setor, pois pode aumentar a expectativa das empresas privadas que já arremataram áreas na região no último leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A licença concedida pelo órgão ambiental abre ainda caminho para que o país aprofunde os estudos sobre essa nova fronteira, o que pode elevar a produção nacional na próxima década.

-- O movimento cria um cenário mais favorável para o setor, com empresas privadas podendo obter sucesso em suas próximas campanhas exploratórias e impulsionar o interesse em futuros leilões -- diz ele.

Em junho deste ano, a ANP realizou um leilão em que foram arrematados 19 blocos na Margem Equatorial, todos localizados na Bacia da Foz do Amazonas. A Petrobras liderou o processo, conquistando 10 blocos, todos em parceria com a americana ExxonMobil. Além disso, a americana Chevron levou nove blocos em parceria com a chinesa CNPC. Os contratos ainda não foram assinados, segundo a ANP.

Nove concessões em vigor

Há hoje nove concessões em vigor na Bacia da Foz do Amazonas, segundo a ANP. A Petrobras tem seis. Além do FZA-M-59, que obteve a licença na segunda-feira para perfurar, há ainda blocos vizinhos, como FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125 e FZA-M-127.

Além disso, segundo a ANP, a Petro Rio Coral (hoje Prio) tem dois blocos em uma área próxima a da Petrobras, com o FZA-M-254 e FZA-M-539. A Enauta tem o bloco FZA-M-90, perto dos da Petrobras.

47 blocos em oferta e 59 em estudo

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, há 47 blocos na Bacia da Foz do Amazonas em águas profundas ou ultraprofundas na oferta permanente. As áreas contam com uma fase de exploração de até sete anos. Além disso, há 59 blocos na Bacia da Foz do Amazonas em águas profundas e ultraprofundas em estudo pela agência.

No modelo de oferta permanente da ANP, a agência disponibiliza uma base de dados com as áreas disponíveis. A petroleira compra um pacote de dados (com informações de sísmica, geologia etc) sobre a região e sinaliza o interesse. Com isso, a ANP coloca a área na lista de blocos que podem ir a leilão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/10/2025

MAGDA: 'RISCO EXPLORATÓRIO É ALTO, A BACIA DE CAMPOS FOI DESCOBERTA NO NONO POÇO PIONEIRO'

Por Míriam Leitão



Presidente da Petrobras, Magda Chambriard, fala em evento com presença de Lula e ministros — Foto: Mauro Pimentel / AFP

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirma que a licença concedida pelo Ibama para perfuração na Margem Equatorial marca o início de uma nova frente de pesquisa no país. Segundo ela, os estudos prévios indicam o potencial da região. No entanto, Magda define o processo como uma busca de “agulha num palheiro”, lembrando que a Bacia de Campos só foi descoberta no nono poço perfurado.

O que significa essa licença de pesquisa?

Mapeamos, em 2013, uma oportunidade exploratória relevante no Amapá. Se isso vai resultar numa descoberta ou numa descoberta comercial é outra conversa. Gosto de dizer o seguinte: quem descobre o petróleo é a broca. Todos os outros métodos são indiretos.

Só para ter uma ideia, a Bacia de Campos foi descoberta no nono poço pioneiro. O RJS-9A é que descobriu a Bacia de Campos. Antes disso, haviam sido perfurados outros oito poços secos.

Isso aí é uma busca de uma agulha num palheiro. O que isso significa? Significa que eu estou perfurando um poço que eu posso achar e depois ter que delimitar pra saber se é grande o suficiente que mereça ser produzido ou não. Mesmo que o primeiro poço seja seco, isso não quer dizer nada.

Na verdade, o que estamos fazendo é pesquisa. E essa pesquisa progressiva é que vai levar à conclusão de se teremos ou não algo relevante para o Brasil. Os estudos que temos desde aquela época indicam que sim. Mas, de novo, há uma série de premissas que podem ou não se confirmar. O risco exploratório é sempre muito alto. Particularmente, eu estou otimista. O que a Petrobras defende é uma transição energética justa, que caminhe junto com as necessidades de desenvolvimento de uma sociedade que quer viver bem, mas sem destruir o planeta.

Por que escolher a margem equatorial e o Amapá?

O pré-sal é altamente concentrado no Sudeste do Brasil. O Sistema Interligado de Energia também é basicamente Sudeste e Centro-Oeste. E onde acontece pouca coisa? No Norte, no Nordeste e no Sul. Então, decidimos licitar áreas nessas regiões, para descentralizar os investimentos exploratórios e levar desenvolvimento a partes do Brasil historicamente menos favorecidas. Isso, claro, sem deixar de lado a redução das emissões.

O que achou do processo de liberação da licença?

Achei que esse embate com o Ibama foi muito proveitoso. Talvez mais complicado do que a gente gostaria, mas muito positivo. Conseguimos chegar a um ponto que desse conforto para nós e para eles. A discussão, a troca de ideias e o embate de áreas diferentes só aprimoram o processo. A gente não pode desqualificar a expertise do outro.

O processo foi aperfeiçoado, então?

Com certeza. Estamos oferecendo o maior plano de emergência individual já visto no planeta para esse tipo de projeto. A Petrobras está confortável porque está ofertando algo bom para o país e, ao mesmo tempo, atuando com responsabilidade. É o que a gente chama de sinergia: desenvolver e cuidar ao mesmo tempo.

Há mais pedidos de licenciamento na mesma área?

Agora nós temos outros cinco, seis poços que nós estamos já com licenciamento iniciado no Ibama. Todos nessa região. Vão ter que ser furados. Na mesma área de Amapá Águas Profundas, sim, embora não no mesmo bloco. São áreas licitadas em 2013. Esses processos estão em andamento porque, no passado, a Petrobras optou por pedir a licença de um poço primeiro e, depois, as demais. Fizemos esses outros pedidos no ano passado.

E se houver descoberta?

Aí teremos que fazer um novo estudo para ver como produzir nessa área. Será preciso desenvolver um projeto, e um projeto muito robusto. Como tudo o que estamos fazendo lá. É preciso pensar em como escoar, onde instalar as bases de apoio, onde ancorar navios e aeronaves, além de planejar o apoio marítimo e logístico.

Quanto tempo leva esse processo até a produção?

Estamos falando de um processo que pode durar de sete a dez anos, se tudo der certo.

Quando vocês terão a primeira resposta da pesquisa?

Vamos saber o que tem nesse poço lá para março. Não sabemos se será uma descoberta ou não. Se for, outros poços ao redor começam a delimitar a área, e o processo acelera. Podemos delimitar

uma descoberta em cerca de um ano, um ano e meio, se a licença chegar. Mas, se esse poço não for uma descoberta, teremos de continuar perfurando. E o prazo total passa a ser contado a partir de uma nova descoberta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/10/2025

AVANÇOS EM DIREÇÃO A UM FUTURO RENOVÁVEL

Empresas nacionais do setor de Óleo e Gás desenvolvem soluções de descarbonização comprometidas com a sustentabilidade

Por IBP



O petróleo brasileiro emite menos gases poluentes do que a média mundial em sua produção — Foto: banco de imagens

A energia é central nas nossas vidas para o sucesso da transição para um mundo com menos emissões de gases causadores das mudanças climáticas. Afinal, as empresas que produzem combustíveis e eletricidade são transversais, participando de todos os setores da economia. O Brasil está muito bem-posicionado nesse cenário: 49% de sua oferta é proveniente de fontes renováveis – muitos países trabalham, neste momento,

para alcançar percentual semelhante ao longo das próximas décadas.

O setor de óleo e gás do país contribui de forma decisiva para este resultado: na sua produção, o petróleo brasileiro emite menos gases poluentes do que a média mundial.

Os campos de Tupi e Búzios, por exemplo, que respondem por mais de 40% da produção nacional, geram 10 quilogramas de CO₂ por barril de óleo equivalente, a unidade de medida utilizada em todo mundo para comparar quantidades do produto. A média do país é 17. No mundo, é de 20. Esse feito é resultado de um amplo esforço em tecnologia, que garantiu que o setor se tornasse eficiente sem perder o foco na sustentabilidade.

Segurança energética

Esta é uma das diversas formas de como a indústria de óleo e gás explora caminhos para a descarbonização. O objetivo é contribuir com o combate às mudanças climáticas em diferentes frentes, sem perder de vista a importância de continuar produzindo os combustíveis que sustentam o setor produtivo e a vida em sociedade, como explica Roberto Ardenghy, CEO do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP):

— A transição energética não é uma corrida de 100 metros. É uma maratona. Os hidrocarbonetos vão continuar sendo fundamentais para a economia e a sociedade, já que entregam disponibilidade, confiabilidade e preço, características que ainda faltam a muitas das opções renováveis. Nos últimos anos, a indústria tem trabalhado para seguir contribuindo com a economia brasileira, com um forte olhar para o aspecto da sustentabilidade.



Roberto Ardenghy, CEO do IBP — Foto: Divulgação/IBP

A fim de difundir essa mensagem, o IBP lançou recentemente a campanha “Energia da Evolução”, que busca mostrar como o petróleo e o gás estão presentes no dia a dia – inclusive na forma de produtos de uso diário – e são essenciais para o futuro do país. Além disso, o petróleo e o gás natural responderam por 44% da oferta de energia primária no Brasil, em 2024, o que reforça seu papel estratégico que ajuda a assegurar a segurança energética e a soberania nacional.

Biocombustíveis e CCUS

O setor contribui de diferentes formas, complementares entre si, para assegurar a transição energética. Uma delas consiste no apoio à descarbonização dos transportes com base no uso de biocombustíveis, que emitem até 80% menos CO₂. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, resultado de décadas de investimento em tecnologias que viabilizaram e impulsionaram esta opção.

— Com o apoio do setor, o país pode liderar novos mercados de combustíveis sustentáveis, como é o caso do SAF na aviação, que vai atender a um dos setores de mobilidade mais estratégicos para reduzir as emissões — afirma o CEO do IBP.

Outras ações se apoiam na própria atividade das empresas do setor para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. É o caso das ferramentas de captura, uso e armazenamento de carbono, sintetizadas na sigla CCUS. São utilizadas para injetar CO₂ em reservatórios geológicos ou em tanques de forma segura. Também permitem remover emissões que já estão na atmosfera. Esse material pode ser utilizado por indústrias que encontram maior dificuldade de reduzir suas emissões, como as de fertilizantes, cimento e aço.



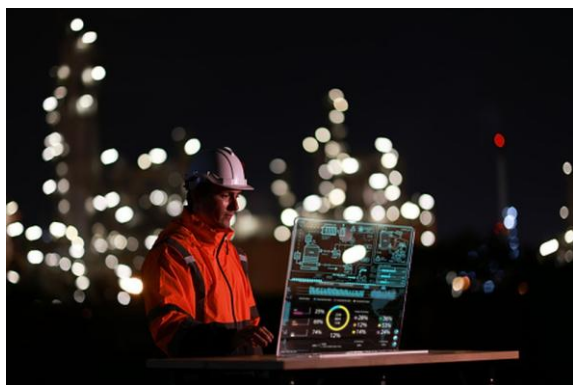
O setor de óleo e gás apoia a descarbonização dos transportes com base no uso de biocombustíveis, como o biodiesel — Foto: banco de imagens

As CCUS também já são utilizadas com parte das técnicas de recuperação avançadas de reservatórios de hidrocarbonetos, como insumo para geração de energia, aquecimento de espaços e desenvolvimento de produtos de valor comercial nos setores de alimentação, petroquímica, de materiais de construção.

Apoio à pesquisa

O setor também está preparado para usar toda a sua experiência no oceano para apoiar o desenvolvimento da fonte eólica offshore. O Plano Decenal de Expansão 2031 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por exemplo, atesta a importância da expertise destas empresas na instalação de estruturas, logística e operações no ambiente marinho.

Na base de todos esses avanços, está um compromisso histórico com Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Estabelecida nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, existe uma cláusula que determina que as empresas petrolíferas devem realizar investimentos equivalentes a 1% da receita bruta em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).



Empresas petrolíferas investem o equivalente a 1% da receita bruta dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural em atividades de PD&I — Foto: banco de imagens

Desde 1998, com o estabelecimento das primeiras regulamentações sobre as obrigações em PD&I, já foram canalizados investimentos superiores a R\$ 29 bilhões. A tendência é que os valores sejam direcionados para a mitigação do impacto das operações sobre o meio ambiente e a diversificação dos planos de negócios no contexto da transição

energética, com ganhos e aprendizados para outros setores da economia.

— Com base em diferentes ações, alinhadas com o compromisso com a sustentabilidade, o setor se posiciona como um parceiro estratégico para manter a economia em movimento, assim como para

garantir uma transição energética gradual, realista, justa e segura para todos os brasileiros — finaliza Ardenghy.

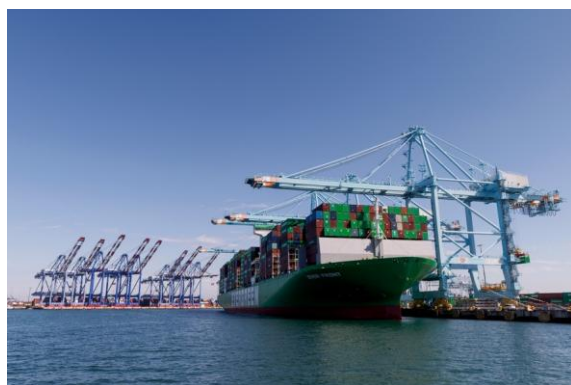
Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/10/2025

TARIFAÇÃO DE TRUMP: PEQUENAS EMPRESAS DIZEM À SUPREMA CORTE QUE FORAM TAXADAS EM US\$ 3 TRI

Trump usurpou o poder do Congresso de cobrar impostos ao acionar lei de emergência que não foi criada para criar tarifas alfandegárias, argumentam em ação na Justiça

Por Bloomberg — Washington



Um navio porta-contêineres no Porto de Los Angeles, nos EUA: guerra comercial equivale, na prática, a uma tributação de empresas americanas, alega ação na Justiça — Foto: Eric Thayer/Bloomberg

Pequenas empresas que contestam várias das tarifas globais do presidente Donald Trump pediram à Suprema Corte dos Estados Unidos que confirme as decisões de tribunais inferiores segundo as quais essas tarifas de importação equivalem a um grande e ilegal imposto sobre companhias americanas.

Trump usurpou o poder do Congresso de cobrar impostos quando impôs as tarifas, em fevereiro e abril, com base em uma lei de emergência que nunca teve a intenção de ser usada para instituir taxas alfandegárias, afirmou a empresa Learning Resources em um documento apresentado na segunda-feira. Os juízes devem ouvir os argumentos do caso em 5 de novembro, em um processo de grande importância.

“Nos meses seguintes, ele aumentou e reduziu, suspendeu e retomou, ameaçou e deixou de ameaçar tarifas à vontade, por uma variedade de motivos”, disse a Learning Resources. “Segundo o próprio governo, essas ações equivalem a um aumento de impostos de mais de US\$ 3 trilhões sobre os americanos na próxima década.”

Os juízes deverão decidir se Trump impôs legalmente as tarifas com base na Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência de 1977 (IEEPA, na sigla em inglês) — legislação que concede ao presidente uma série de instrumentos financeiros para lidar com emergências de segurança nacional, política externa e economia.

O tribunal de comércio dos EUA decidiu contra Trump, decisão que foi mantida por um tribunal federal de apelações. O presidente americano disse que iria recorrer da decisão e chegou a pedir que a Suprema Corte dos EUA que mantenha suas tarifas globais.

Trump afirma que suas tarifas são legalmente autorizadas pela IEEPA, já que um dispositivo-chave da lei permite ao presidente “regular” a “importação” de bens em resposta a uma emergência.

Em 9 de setembro, os juízes concordaram em ouvir o caso em um cronograma incomumente acelerado, o que sugere que a Corte pretende resolvê-lo rapidamente. As tarifas permanecem em vigor por enquanto, embora o tribunal federal de apelações tenha decidido que o presidente excedeu sua autoridade ao impô-las.

Os impostos questionados incluem as tarifas de “Dia da Libertação”, impostas por Trump em 2 de abril, que fixam taxas entre 10% e 50% sobre a maioria das importações dos EUA, dependendo do

país de origem. Trump justificou as tarifas pela IEEPA ao declarar que os déficits comerciais dos EUA constituem uma emergência nacional.

Procurada pela reportagem, a Casa Branca não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

O recurso também abrange tarifas impostas por Trump ao Canadá, México e China, sob a alegação de que esses países falharam em conter o fluxo de migrantes e o tráfico de fentanil. Trump afirmou que a situação nas fronteiras também configurava uma emergência nacional sob a IEEPA.

Autoridades do governo Trump minimizaram o impacto do litígio, dizendo que a maioria das tarifas poderia ser imposta por outras vias legais. As tarifas sobre aço, alumínio e automóveis foram aplicadas com base em outra legislação e, portanto, não são afetadas diretamente pelo recurso.

Em um segundo documento, também apresentado na segunda-feira, advogados de outro grupo de pequenas empresas — liderado pela distribuidora de vinhos e bebidas V.O.S. Selections — afirmaram que as tarifas de Trump contradizem o que os fundadores dos EUA pretendiam ao conceder ao Congresso o poder de instituir impostos.

“O governo alega que o presidente pode impor tarifas ao povo americano sempre que quiser, na taxa que quiser, sobre quaisquer países e produtos que quiser, e pelo tempo que quiser — simplesmente declarando os déficits comerciais de longa data dos EUA uma emergência nacional e uma ameaça incomum e extraordinária”, disse a empresa. “O presidente pode até mudar de ideia amanhã e voltar atrás no dia seguinte.”

Um grupo de estados liderados por democratas também contesta as tarifas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/10/2025

EMBRAER BATE RECORDE EM ENCOMENDAS: US\$ 31,3 BILHÕES NO TERCEIRO TRIMESTRE

Na aviação comercial, volume chegou a US\$ 15,2 bilhões, alta de 37% em relação ao mesmo período de 2024 e o maior patamar em 9 anos

Por O GLOBO — Rio de Janeiro e São Paulo



Avião da Embraer em feira de aviação em Paris, França — Foto: Balint Pornecki / Bloomberg

A Embraer anunciou nesta terça-feira que atingiu um recorde de encomendas neste terceiro trimestre, com uma carteira de pedidos em US\$ 31,3 bilhões. Na aviação comercial, o volume chegou a US\$ 15,2 bilhões, uma alta de 37% em relação ao mesmo período de 2024 e o maior patamar em nove anos.

A fabricante de aeronaves fechou parcerias com novas companhias e o E195-E2 passará a integrar as frotas da Avelo Airlines (com até 100 aeronaves) e da Latam. O foco da Avelo é o mercado americano e o negócio pode chegar a US\$ 8,8 bilhões. As entregas têm início previsto para o primeiro semestre de 2027 e o valor dos 50 primeiros jatos encomendados é de US\$ 4,4 bilhões.

Já a Latam quer expandir a conectividade, com mais voos regionais na América do Sul. A companhia vai adquirir até 74 aeronaves do modelo E195-E2. O pedido é um dos raros contratos da Embraer com uma companhia aérea nacional nos últimos anos e ocorre em meio aos atrasos nas entregas de

aviões das gigantes Boeing e Airbus. No Brasil, apenas a Azul opera jatos da Embraer. O valor do negócio é de US\$ 2,1 bilhões.

Mas o segmento no qual a Embraer obteve maior expansão foi o de aviação executiva, com uma carteira de pedidos de US\$ 7,3 bilhões, um aumento de 65% na comparação anual. A Embraer entregou seu jato de número 2.000 neste setor.

Na área de defesa, a Embraer entregou mais um KC-390 Millennium à Força Aérea Portuguesa e vendeu cinco unidades do A-29 Super Tucano para Panamá e SNC — movimento que pode abrir as portas para novas encomendas por meio do programa das Forças Armadas dos EUA de compras de empresas estrangeiras.

Momento de colheita

Analistas avaliam que a Embraer vive um momento de "colheita" após anos de investimento em pesquisa, desenvolvimento e lançamento de novos produtos. Para os analistas do Itaú BBA, por exemplo, o cenário para a fabricante de aviões é de crescimento sustentável no longo prazo.

"A administração da empresa sinaliza que ela está se preparando para o futuro, aprimorando as capacidades para introduzir novos produtos no mercado, incluindo um possível concorrente para o A320 (da Airbus). No curto e médio prazo, o foco em novos projetos deve permanecer na Eve, subsidiária de aeronaves elétricas", escreveram os analistas do Itaú BBA.

Eles avaliam que a atual carteira de pedidos da companhia traz confiança para estimar crescimento de receitas até 2030. Esse cenário tem se refletido na Bolsa: as ações da Embraer se valorizam 41,78% no ano e sobem 63% em 12 meses.

Pacote de negócios

A Embraer continua negociando com o governo americano a redução da tarifa de 10% imposta pelo presidente Donald Trump sobre seus produtos exportados aos EUA. Para isso, a Embraer sinaliza com um pacote de negócios com empresas americanas, que pode chegar a US\$ 21 bilhões até 2030, além de investimentos que somam US\$ 1 bilhão nos EUA. A empresa escapou da alíquota de 50%.

A fabricante de aviões brasileira anunciou a intenção de colocar até US\$ 500 milhões para produzir o avião militar multissessão KC-390 nos Estados Unidos. Mas isso depende de a Força Aérea americana escolher a aeronave para substituir o Hércules. Caso o acordo seja fechado, o investimento geraria cerca de 2.500 empregos no país.

A Embraer também mira a modernização de sua fábrica da Flórida, com mais US\$ 500 milhões nos próximos cinco anos, onde são fabricados os jatos executivos Phenom e Praetor. Os EUA compram 70% da produção de jatos executivos da empresa.

Este mês, a companhia iniciou a construção de sua nova unidade de Manutenção, Reparo e Revisão (MRO) dedicada a jatos comerciais no Aeroporto Perot Field Alliance, em Fort Worth, no Texas. O investimento é de US\$ 70 milhões e o novo hangar tem inauguração prevista para 2027.

A capacidade da Embraer de atender os clientes de E-Jets nos Estados Unidos crescerá 53% após a conclusão da expansão. A expectativa é de gerar aproximadamente 250 novos empregos. A pareia de prestação de serviços da empresa vem crescendo e ganhando contratos — o que engorda a receita da companhia.

A Embraer também mira novos mercados para sua divisão de defesa. Nesta terça, a Embraer anunciou a assinatura de um acordo com a Administração do Programa de Aquisição de Defesa (DAPA) da Coreia do Sul para fortalecer a cooperação em novos negócios e no desenvolvimento de oportunidades de mercado no setor de defesa sul-coreano. Em 2023, a Coreia do Sul selecionou o KC-390 para sua Força Aérea.

Na semana passada, a fabricante de aviões anunciou que vai ter um escritório da subsidiária de defesa e segurança em Nova Delhi, capital da Índia, após firmar contrato com o grupo indiano Mahindra. A empresa tenta captar um contrato militar com o governo indiano, também com foco no cargueiro KC-390. O sucesso no exterior do Embraer KC-390 pode dobrar produção desse modelo até 2030, e impulsionar ainda mais o faturamento da companhia.

Também semana passada, o BNDES aprovou um financiamento de R\$ 1,7 bilhão para a fabricante brasileira exportar 13 aeronaves E-175, com capacidade de até 88 passageiros, à americana SkyWest Airlines.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/10/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

DESONERAÇÃO DA FOLHA: STF DEVE PRESERVAR ACORDO ENTRE GOVERNO E CONGRESSO

Tribunal deve deixar campo livre para a política definir outras regras, se Executivo e Legislativo considerarem necessário

Por Carolina Brígido

BRASÍLIA — O julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos e municípios não tem potencial para alterar o acordo fechado entre o governo federal e o Congresso Nacional no ano passado sobre o tema. Como a negociação foi firmada depois que a ação chegou ao tribunal, os ministros da Corte não poderão avaliar a regra que está em vigor hoje.

O processo começou a ser julgado no plenário virtual na sexta-feira, 17, e deve ser encerrado na próxima sexta-feira, 24. Até agora, somente o relator, Cristiano Zanin, apresentou o voto no sistema eletrônico do STF. Ele manteve o entendimento da liminar proferida do ano passado. Reafirmou, agora, que é preciso prever a compensação em caso de renúncia da receita, o que não foi feito na prorrogação da desoneração da folha em 2023.



O ministro Cristiano Zanin, do STF, manteve o entendimento já proferido em liminar sobre desoneração da folha de pagamentos Foto: Wilton Junior/Estadão

Logo depois que Zanin concedeu a liminar, em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei mantendo a desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios até o fim de 2024. Também ficou fixado que a tributação seria retomada gradualmente entre 2025 e 2027, com a previsão de medidas compensatórias. Essas medidas foram fruto

da negociação entre o governo e o Congresso.

No voto apresentado na última sexta-feira, Zanin não analisou esse acordo. Segundo o ministro, a ação em julgamento trata apenas da lei de 2023 que prorrogou a desoneração sem indicar as compensações à renúncia de receita. Em caráter reservado, ministros acreditam que o mais provável é o tribunal deixar a norma como está, sem interferir agora no acordo selado pela política.

“A presente ação discute tão-somente aspectos procedimentais e materiais da Lei 14.784/2023, não versando, em hipótese alguma, sobre atos normativos subsequentes, decorrentes de processos

legislativos instaurados após o conhecimento desta ação. Essa delimitação quanto ao objeto de julgamento é importante para permitir uma adequada interpretação do conteúdo do presente voto”, explicou.

Zanin, no entanto, ressalta a importância da sustentabilidade orçamentária como forma de alertar o Congresso na formulação de legislações futuras. Para o ministro, é “imperiosa a declaração de inconstitucionalidade, impedindo-se que práticas semelhantes venham a ser adotadas no futuro, atribuindo-se hierarquia constitucional ao princípio da sustentabilidade orçamentária”.

No processo, o Congresso pediu o arquivamento da ação por perda de objeto - ou seja, como a regra de 2023 já foi substituída, o STF não teria como julgar a ação. Ministros da Corte podem considerar que houve perda de objeto. Nesse cenário, também ficaria mantida a validade do acordo de 2024.

Também no processo, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que havia risco de perda de R\$ 20 bilhões para os cofres públicos, levando em conta apenas a desoneração em 2025. Segundo a AGU, as medidas fixadas para compensar a desoneração não são suficientes. Em manifestação ao STF, o Senado discordou.

A ação chegou ao tribunal em abril do ano passado. Após a liminar de Zanin, o plenário da Corte confirmou o entendimento, com voto contrário apenas de Luiz Fux. Agora, o tribunal analisa o mérito da questão.

Setores incluídos na desoneração empregam 9 milhões de pessoas

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011, durante o governo Dilma Rousseff, para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas.

A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas.

A medida vale para 17 setores da economia. Confira abaixo quais são:

- confecção e vestuário
- calçados;
- construção civil;
- call center;
- comunicação;
- empresas de construção e obras de infraestrutura;
- couro;
- fabricação de veículos e carroçarias;
- máquinas e equipamentos;
- proteína animal;
- têxtil;
- TI (tecnologia da informação);
- TIC (tecnologia de comunicação);
- projeto de circuitos integrados;
- transporte metroferroviário de passageiros;
- transporte rodoviário coletivo;
- transporte rodoviário de cargas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/10/2025

GOVERNO ESTUDA PROPOSTA QUE MISTURA REVISÃO DE DESPESAS E AUMENTO DE RECEITAS PARA REPOR MP DO IOF

Expectativa é que os ministros Fernando Haddad e Rui Costa se reúnam nesta terça para bater o martelo sobre o que entrará ou não no pacote; ideia seria editar uma nova medida provisória

Por Mateus Maia (Broadcast), Célia Froufe (Broadcast) e Cícero Cotrim (Broadcast)

BRASÍLIA - O Ministério da Fazenda e a Casa Civil preparam uma resposta à queda da medida provisória que compensava a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A ideia é que a nova proposta seja um misto de revisão de despesas com aumento de receitas, apesar de essa segunda parte ainda estar indefinida. Ao todo, o governo pretendia arrecadar R\$ 20,9 bilhões com as medidas previstas na MP 1.303 no próximo ano, além de reduzir os gastos em cerca de R\$ 10 bilhões.

O ministro Fernando Haddad disse mais cedo nesta terça-feira, 21, que uma definição sobre o Orçamento — o que inclui a alternativa à MP do IOF — sairia ainda no começo da tarde. A expectativa, segundo apurou o Estadão/Broadcast, é que ele e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tenham uma reunião para bater o martelo sobre o que entrará ou não no pacote. O encontro, entretanto, não consta na agenda desta terça de nenhum dos ministros.

“O governo vai insistir que tem de ter corte de despesas, mas o governo vai insistir (também) na linha de que bets e bancos têm que ser tributados”, disse o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), na segunda-feira, 20. “E vamos separar as medidas de despesas e as medidas de tributação, é até mais didático para conversar com os brasileiros sobre os impactos disso.”

Os ministros Fernando Haddad e Rui Costa Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

A ideia, a princípio, seria editar uma nova medida provisória com mudanças que não haviam sido utilizadas na que perdeu a validade. A legislação proíbe a edição de duas MPs sobre o mesmo tema durante o mesmo exercício. O que for recuperado da MP que caducou, deve aparecer em novos projetos de lei ou ser aglutinado em PLs que já tramitam no Congresso.

A estratégia do governo é fechar o cardápio de medidas a ser implementado e, quando isso for feito, definir qual o melhor ato normativo para cada item. Alguns em MP, outros por PL ou emendas, por exemplo.

O que está na mesa:

- Regras mais rígidas para concessão de seguro defeso;
- Volta de pelo menos parte do aumento da alíquota do IOF;
- Limitação das compensações tributárias (impacto de R\$ 10 bilhões em 2025 e R\$ 10 bilhões em 2026);
- Taxação de bets (impacto de R\$ 1,70 bilhão em 2026);
- Elevação de CSLL para fintechs (impacto de R\$ 1,580 bilhão em 2026).

Na última quarta-feira, 15, Haddad relatou ter levado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a proposta de retomar pontos considerados “incontroversos” da MP. Entre eles, citou a mudança nas compensações tributárias — com a qual o governo previa arrecadar R\$ 10 bilhões em 2025 e R\$ 10 bilhões em 2026, a maior fatia das receitas — e o controle de cadastros do seguro-defeso. Este último deve estar no novo pacote.

A elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fintechs também pode estar na mesa. No dia 14, durante uma audiência no Senado, Haddad afirmou “não entender” como uma fintech maior do que um banco poderia pagar menos impostos em termos nominais. A MP

previa elevação da alíquota — de 9% para 15% ou de 15% para 20%, a depender do tamanho da empresa — com arrecadação extra de R\$ 1,580 bilhão em 2026. Hoje, os bancos já pagam 20%.

Fintechs e bancos vêm disputando a narrativa sobre o tema. Na segunda-feira, 20, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou um estudo afirmando que a “alíquota efetiva” paga pelas fintechs é maior apenas porque as empresas têm maior rentabilidade, e defendendo a MP 1.303, que teria tentado “corrigir a distorção”. A Zetta, que representa fintechs como o Nubank, rebateu, dizendo que os bancos tentam “frear a competição”.

A própria volta de pelo menos parte da alíquota do IOF, que foi destituída após críticas até de dentro da equipe econômica, está no cardápio que será levado ao Planalto. Uma pessoa a par do assunto afirmou que “nada está absolutamente descartado”. O governo corre na busca dos recursos para poder fechar o orçamento de 2026 ainda nesta terça ao Congresso. Sem fechar a questão sobre as fontes de recurso que desapareceram com a morte da MP 1.303, a equipe econômica não queria entregar a peça orçamentária pelo temor de estar “capenga”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/10/2025

VENCEDORES SÃO BARRADOS EM QUASE METADE DOS LEILÕES RODOVIÁRIOS DE 2025

Dos sete certames realizados este ano, três tiveram os ganhadores desqualificados

Por Elisa Calmon (Broadcast) e Luiz Araújo (Broadcast)



Consórcio vencedor da Rota Agro foi inabilitado e a concessão vai para o segundo colocado; certame foi o mais disputado desde 2018 Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Dos sete leilões federais de rodovias realizados em 2025, três tiveram vencedores desqualificados, abrindo espaço para possíveis disputas judiciais. Embora o tema ainda preocupe o setor, a substituição dos ganhadores antes da execução dos projetos reduz riscos e indica amadurecimento do mercado, segundo especialistas. Ainda assim, há espaço para avanços

que reforcem a segurança jurídica e regulatória.

Na semana passada, o Consórcio Rota Agro Brasil, vencedor do leilão da Rota Agro (BR-060/364/GO/MT), foi inabilitado por irregularidades trabalhistas e falhas no seguro-garantia. O grupo, formado por fundos da Reag Trust e da Azevedo & Travassos, havia vencido a disputa mais concorrida desde 2018. Com a decisão, a Way Concessões, segunda colocada, será chamada a assumir a gestão.

Situação semelhante ocorreu na Rota da Celulose. Composta por rodovias federais e estaduais de Mato Grosso do Sul, foi leiloada em maio. O consórcio formado pela K-Infra e Galápagos foi desclassificado por não apresentar atestado de qualificação técnica válido. O grupo havia indicado experiência na concessão da BR-393, cujo contrato teve declaração de caducidade pela União. O consórcio ganhador questiona a decisão na Justiça após o segundo colocado, liderado pela XP Investimentos, assumir a liderança do processo.

Em agosto, a argentina Plus Byte foi inabilitada do leilão da ponte binacional São Borja-Santo Tomé, entre Brasil e Argentina. Segundo a comissão binacional, a empresa não cumpriu as exigências de qualificação econômico-financeira, com patrimônio líquido muito inferior ao mínimo exigido no edital. Com isso, a CS Infra, subsidiária da Simpar, deve assumir a concessão.

Déjà vu?

A recorrência remete a etapas anteriores dos leilões, que resultaram em uma onda de concessões problemáticas. Em 2013, o governo federal lançou a terceira rodada de certames rodoviários. Todas as seis estradas repassadas à iniciativa privada naquela ocasião enfrentaram dificuldades: metade entrou em processo de relicitação e as demais passaram por trocas de controle em meio a uma “tempestade perfeita” de fatores econômicos e políticos.

Embora a judicialização ainda gere desconfiança no mercado, os dois momentos não são comparáveis, avalia Luis Felipe Valerim, sócio do VLR Valerim Advogados. Segundo ele, enquanto na década passada os impasses surgiam durante a execução dos contratos, agora os problemas são identificados antes da assinatura, indicando um amadurecimento do setor nos últimos anos.

“As contestações antes da execução fazem parte do jogo e podem até ser positivas. Se o modelo passa por um teste de estresse e se mantém de pé, sai mais fortalecido”, afirma. “Os editais atuais são mais rigorosos para evitar aventureiros, mas o principal desafio continua sendo no período de execução das obras, é aí que temos visto uma judicialização crescente”, pondera.

As recentes desqualificações demonstram maior atenção do poder público com a segurança jurídica das concessões, reforça Diogo Nebias, especialista em contratos de infraestrutura e sócio do Panucci, Severo e Nebias Advogados. “Apesar de, numa primeira impressão, soarem negativamente, essas decisões têm um objetivo positivo: garantir serviços adequados e evitar disputas futuras”, diz.

Responsabilidades e ajustes

Entre os três projetos com vencedores inabilitados neste ano, apenas o da Rota Agro foi conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Rota da Celulose foi leiloada em parceria entre o governo federal e o de Mato Grosso do Sul, sob responsabilidade estadual, enquanto a ponte binacional teve gestão de uma comissão internacional.

A ANTT afirma estar revisando as regras de habilitação para os próximos certames. Já o Ministério dos Transportes destaca que as inabilitações refletem o cumprimento rigoroso dos editais, o que, segundo a pasta, reforça a segurança jurídica e demonstra que o Brasil se consolida como um ambiente previsível para investimentos em infraestrutura.

“As inabilitações ocorrem justamente porque os editais são cumpridos de forma estrita, assegurando que apenas empresas com plena capacidade técnica e financeira, que cumpram ao estabelecido no processo licitatório e disponham de garantias válidas, assumam compromissos de longo prazo com o País”, afirma a o ministério por meio de nota.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/10/2025



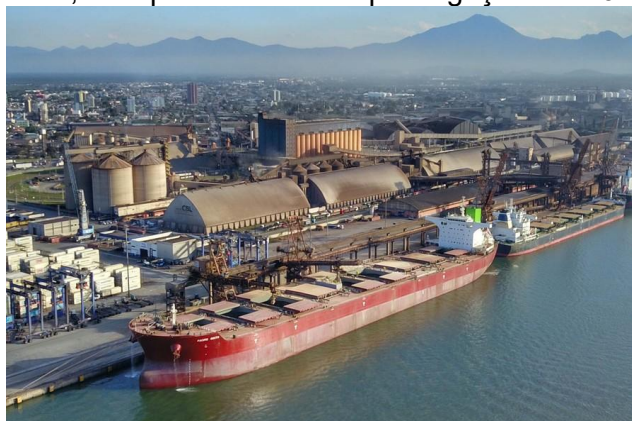
VALOR ECONÔMICO (SP)

LEILÃO PIONEIRO DO CANAL PORTUÁRIO DE PARANAGUÁ ATRAI AO MENOS 4 OFERTAS

Projeto é um dos mais aguardados pelo setor portuário, por ser pioneiro; trata-se da primeira concessão de um canal aquaviário de um porto

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A concessão do canal de acesso do Porto de Paranaguá (PR) atraiu o interesse de pelo menos quatro grupos, segundo fontes. O projeto prevê R\$ 1,2 bilhão de investimentos e tem prazo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação até 70 anos



Vencedor terá que aprofundar o canal de acesso do porto paranaense para 15,5 metros — Foto: Divulgação

Na entrega de propostas, realizada nesta quinta-feira (16), estiveram presentes representantes da brasileira DTA, da belga Jan de Nul e da chinesa CHEC Dredging, da CCCC (China Communications Construction Company). Segundo fontes, a Deme também apresentou proposta e um quinto grupo também teria apresentado oferta. A concorrência será realizada na próxima quarta-feira (22).

A principal obra do contrato é o aprofundamento do canal, do atual nível de 13 metros para 15,5 metros, o que permitirá a passagem de embarcações maiores. A ampliação da profundidade deverá ficar pronta no quinto ano do contrato. Além disso, o grupo também terá que fazer dragagens para manter o calado e operar a navegação no local.

O projeto de Paranaguá é um dos mais aguardados pelo setor portuário, por ser pioneiro. Trata-se da primeira concessão de um canal aquaviário de um porto, portanto, deverá servir como referência para uma série de outros contratos em estudo.

Entre os portos que poderão ter concessões semelhantes, estão Santos (SP), Itajaí (SC), Rio Grande (RS) e portos da Bahia, segundo Frederico Dias, diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq).

O projeto de Itajaí já foi enviado ao TCU e é o mais avançado, com previsão de licitação no primeiro semestre de 2026. A concessão do canal santista deverá ter audiências públicas abertas em novembro, afirmou Dias.

Está também em estudo a concessão parcial dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, que poderá incluir também a gestão dos canais — porém, ele diz que isso ainda está em debate. Já o contrato para o canal do porto Rio Grande ainda está na fase inicial dos estudos, mas há um esforço para fazer a licitação em 2026, afirmou.

“O setor privado tem melhores condições de cuidar dos canais, por isso ideia da concessão. O setor público tem complexidades na capacidade administrativa para entregar resultados de forma célere e eficiente. O setor privado tem condições de fazer melhor a manutenção do canal, levantamentos hidrográficos mais frequentes, um monitoramento que dê mais segurança”, disse.



As autoridades portuárias têm um histórico de dificuldades na contratação do serviço de dragagem, que mantém a profundidade e as condições de navegação dos navios pelos canais de acesso portuários, afirma o advogado Rafael Schwind, sócio do Justen, Pereira, Oliveira & Talamini. “A lei que trata de contratações públicas não admite contratações de longo prazo para a execução de obras, ou dragagem. Historicamente isso é um problema”, afirmou.

Frederico Dias, diretor-geral da Antaq — Foto: Divulgação/Antaq

Para ele, os principais desafios do contrato tendem a ser as licenças ambientais e a eventual necessidade de atualizações do contrato nos próximos anos, frente às novas necessidades do mercado portuário e de navegação.

Onda de questionamentos

O processo, no entanto, recebeu uma série de questionamentos por parte de empresas interessadas. Ao todo, foram quatro pedidos de impugnação divulgados até o momento pela Antaq.

A DTA Engenharia, principal ator nacional de dragagem, criticou a ausência de restrições no leilão para impedir a verticalização de atores no porto, que tem como principal operador o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), controlado pela China Merchants.

“Ao não analisar a possibilidade de concentração de mercado, não viram que uma empresa de dragagem chinesa como a CHEC [China Harbour Engineering Company] poderia gerar uma situação de duas estatais chinesas atuarem no porto. Nada contra o governo chinês, mas é um risco à soberania nacional. O poder concedente não considerou que esta seria uma oportunidade de ter equipamento nacional”, afirmou Renan Beloto, gerente jurídico da DTA.

A empresa também pediu regras de operação e atracação das embarcações mais claras e argumentou que, com um operador do canal sob mesmo controle de um dos terminais, pode haver conflito de interesses na gestão do fluxo dos navios.

Segundo Beloto, o grupo pede que o edital traga restrições contra a participação de empresas que recebem subsídios estatais, o que também torna a concorrência não isonômica, disse.

A Antaq negou o pedido, defendeu que o projeto traz diversos mecanismos jurídicos que garantem o ambiente competitivo no porto e afirmou que diversas críticas trazidas pela empresa já haviam sido apresentadas em etapas anteriores e não foram acatadas, inclusive no Tribunal de Contas da União (TCU)

Questionado sobre esse ponto, Frederico Dias, diretor-geral da Antaq, afirmou que as tentativas de impugnação são naturais em processos dessa natureza, mas disse que os argumentos foram refutados.

“Em relação à participação de empresas estrangeiras, é algo que afetaria todos os leilões que admitem estrangeiros. Pelo contrário, queremos competitividade”, disse.

A holandesa Van Oord, um dos maiores operadores globais do mercado de dragagem, também apresentou pedido de impugnação. A companhia afirmou que o prazo dado para a análise da documentação do leilão foi insuficiente e pediu o adiamento por 60 dias, o que foi negado.

Os outros dois pedidos de impugnação partiram da Etesco Construções e da CTC Infra, igualmente refutados pela Antaq.

Até o momento, tanto a DTA quanto a Etesco apresentaram também representações no TCU com os mesmos argumentos contrários ao projeto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/10/2025

CHEVRON E SHELL REDUZEM PRODUÇÃO NO CAZAQUISTÃO APÓS ATAQUES DE DRONES UCRANIANOS NA RÚSSIA

O ataque à usina de gás de Orenburg marca o primeiro incidente conhecido na campanha de Kiev contra a infraestrutura energética russa a interromper as operações de grandes petrolíferas ocidentais no exterior

Por Mariya Gordeyeva e Tamara Vaal, Em Reuters — Almaty e Astana, Cazaquistão

Grandes petrolíferas, incluindo Chevron e Shell, reduziram a produção de petróleo e gás em um importante campo do Cazaquistão depois que um ataque de drone ucraniano danificou uma usina de processamento de gás na Rússia que apoia suas operações, disseram as empresas na terça-feira.



Karachaganak é operado por um consórcio composto pela gigante americana Chevron, que detém 18%, e pelas empresas de energia europeias Shell e Eni, ambas com 29,25% cada — Foto: Lisa Maree Williams/Bloomberg

O ataque à usina de gás de Orenburg, localizada a cerca de 1.700 quilômetros a leste da Ucrânia, marca o primeiro incidente conhecido na campanha de Kiev contra a infraestrutura energética russa a interromper as operações de grandes petrolíferas ocidentais no exterior.

O ministro da Energia do Cazaquistão, Erlan Akkenzhenov, disse hoje que o campo de condensado de petróleo e gás de Karachaganak reduziu a produção diária entre 8.500 toneladas (66.810 barris) e 9.000 toneladas após o ataque.

Ele acrescentou que esperava que as restrições à produção fossem levantadas dentro de três dias.

Falando a jornalistas na capital cazaque Astana, Akkenzhenov disse que as restrições ao envio de gás cazaque para a usina de Orenburg teriam “um certo impacto econômico”, mas que não afetariam o mercado doméstico de combustíveis.

O gás bruto de Karachaganak é geralmente entregue através da fronteira para a planta de processamento de Orenburg. A produção de petróleo e gás em Karachaganak está intimamente ligada, o que significa que o campo não consegue produzir muito petróleo se sua produção de gás estiver baixa.

Karachaganak é operado por um consórcio composto pela gigante americana Chevron, que detém 18%, e pelas empresas de energia europeias Shell e Eni, ambas com 29,25% cada.

A russa Lukoil e a cazaque KazMunayGaz também detêm participações de 13,5% e 10%, respectivamente.

O Cazaquistão, gigante em energia e minerais, responde por cerca de 2% da produção global de petróleo, a maior parte da qual é enviada para os mercados mundiais via Rússia.

O operador do campo de condensado de petróleo e gás de Karachaganak disse à Reuters na terça-feira que cortou os volumes de produção após “um incidente” na usina russa de Orenburg.

Na segunda-feira, duas fontes do setor disseram à Reuters que um ataque de drone ucraniano à planta de processamento de gás de Orenburg, uma das maiores do mundo, forçou o vizinho Cazaquistão a reduzir a produção no campo de Karachaganak em 25% a 30%.

A produção em Karachaganak na segunda-feira caiu para entre 25.000 toneladas (196.500 barris por dia) e 28.000 toneladas, do nível usual de 35.000 a 35.500 toneladas, segundo duas fontes que falaram sob condição de anonimato devido à sensibilidade da situação.

A Ucrânia, que intensificou os ataques às instalações de energia da Rússia nos últimos meses, confirmou na segunda-feira que atingiu uma planta de gás na região de Orenburg e uma refinaria de petróleo na região de Samara.

O ministério da energia do Cazaquistão também disse na segunda-feira que Karachaganak reduziu a produção.

O operador não forneceu dados de produção. O ministério afirmou que a produção em Karachaganak deveria retornar ao normal assim que as operações na planta de Orenburg fossem normalizadas, com a recepção de gás na instalação prevista para breve.

O Cazaquistão introduziu amplos controles de preços sobre combustíveis e tarifas de serviços públicos na semana passada, em meio à aceleração da inflação, que estava em 12,9% em setembro, devido às consequências da guerra na Ucrânia.

Em fevereiro, um ataque de drone ucraniano a uma estação de bombeamento que serve o CPC interrompeu brevemente os carregamentos de petróleo em Novorossiisk, sublinhando a vulnerabilidade da infraestrutura energética regional ao conflito crescente.

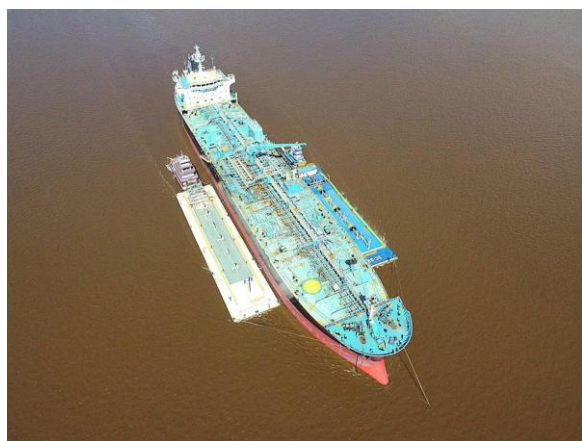
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/10/2025

TRANSPETRO LANÇA LICITAÇÃO PARA ADQUIRIR 18 BARCAÇAS E EMPURRADORES

A previsão é que as barcaças e empurradores, embarcações que movimentam cargas flutuantes, entrem em operação em 2026

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Barcaças e navio para transporte de combustível — Foto: Divulgação/Transpetro

A Transpetro lançou nesta segunda-feira (20) uma licitação para aquisição de 18 barcaças e 18 empurradores, voltada para o fornecimento de derivados de petróleo. A previsão é que as barcaças e empurradores, embarcações que movimentam cargas flutuantes, entrem em operação em 2026.

Segundo a subsidiária de logística da Petrobras, a licitação será dividida em seis lotes, sendo três deles voltados para contratar barcaças e outros três, para

empurradores.

Das 18 barcaças a serem contratadas, afirma a estatal, dez terão capacidade de 3 mil toneladas de porte bruto (TPB) e oito, de 2 mil toneladas de TPB.

O certame permite que um estaleiro vença mais de um lote.

“O novo negócio posicionará a Transpetro como uma das maiores operadoras de barcaças para transporte de derivados de petróleo e biocombustíveis do Brasil nos próximos anos”, disse a companhia em comunicado.

Em maio, a empresa havia anunciado a intenção de entrar no mercado de transporte fluvial de combustíveis. Na época, a empresa informou plano de licitar 44 embarcações até o fim de 2026.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/10/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETROBRAS E PPSA ASSINAM ACORDO DE EQUALIZAÇÃO DO PRÉ-SAL DE JUBARTE

Da Redação Offshore 20/10/2025 - 22:14



A Petrobras anunciou, nesta segunda-feira (20), a assinatura, com a Pré-Sal Petróleo (PPSA), do Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV), decorrente do Acordo de Individualização da Produção (AIP) da jazida compartilhada do pré-sal de Jubarte. Segundo a companhia, pelo acordado, ela pagará à PPSA R\$ 1,54 bilhão, em parcela única até o fim de outubro. Do montante, explicou a companhia, R\$ 1,47 bilhão já estava reservado.

Além disso, a Petrobras informou que mantém negociação para equalização com os parceiros

Argonauta - Shell Brasil Petróleo Ltda., Enauta Petróleo e Gás Ltda. (Brava) e ONGC Campos Ltda. Segundo a empresa, a aprovação do AIP do Pré-Sal de Jubarte pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) resultou na definição das participações proporcionais de cada uma das empresas na jazida compartilhada.

Assim, a Petrobras ficará com 97,25%, a Shell com 0,430%, a Brava com 0,198%, a ONGC com 0,232% e a União, representada pela PPSA, com 1,89%. Por causa da nova configuração, houve necessidade de negociação do Acordo para reconciliar as receitas obtidas da produção de óleo e gás natural, os gastos com os investimentos e operacionais, os royalties e as participações especiais, de forma proporcional às participações das partes na jazida compartilhada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/10/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 21/10/2025